

v. 10, n. 19, 2021

CADERNOS

DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS



EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)

Equipe Editorial

Editora-Chefe

Juliana Soares Pacheco Munhoz

Editora Científica

Juliana Tardem

Editor Adjunto

Guilherme Dall’Orto Rocha

Editores Associados

Alan Paulo Maurano Savedra

Edson Lugatti Silva Bissiati

Emanuel de Jesus Correia Semedo

Frederico Augusto Auad de Gomes Filho

Gustavo Dias

Henrique Rabello de Carvalho

Júlia Furtado Reis

Luan Cardoso Ferreira

Marcelo Reis Filho

Thaís de Almeida Lamas

Editora de Relações

Thaiza Siqueira da Silva

Editores Associados

Antonio Carlos T. Rodrigues da Silva

João Antonio Dias

Karime Lima

Capa, layout e diagramação

Juliana Tardem

Juliana Soares Pacheco Munhoz

Foto

Juliana Tardem

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos [recurso eletrônico]. – v. 1, n. 1 (2012-). Rio de Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Político, 2012-

1 recurso online: il

Periodicidade semestral

e-ISSN: 2238-3425

Disponível apenas online

Título abreviado: Cad. Est. Soc. Pol.

Título e resumos em português e inglês

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciência Política – Periódicos. 3. Sociologia – Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos

CDU 32:316(05)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

SUMÁRIO

5

EDITORIAL

7

SIGNIFICANTES E SINONÍMIAS NA TEORIA DA ATIVIDADE
DE ALEXEI LEONTIEV

Rafael Sarto Muller

21

BONS DIAS DO PASSADO PARA UM PRESENTE DE BONDADE
CRUEL

Gustavo Henrique Freire Barbosa e Rayane Cristina de Andrade Gomes

39

INTERSEÇÕES ENTRE SOCIOLOGIA E HISTÓRIA ORAL: AS
CONTRIBUIÇÕES DE NORBERT ELIAS

Paulo César Limongi Lima Filho

EDITORIAL

A presente edição, à disposição do leitor, é resultado de mais uma etapa do trabalho de reestruturação da *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, sendo fruto de um esforço conjunto do nosso corpo editorial em recolocar o periódico numa tônica de constante atualização perante a comunidade acadêmica e científica. Além disso, os artigos inseridos nesta edição são decorrentes de pesquisas e reflexões realizadas durante anos de intensos desafios para a democracia e o pensamento crítico no Brasil.

É importante destacar também os impactos que a pandemia de covid-19 causou, não só na dinâmica do ensino e da pesquisa em nosso país, mas no desenvolvimento de inúmeros trabalhos ligados ao campo da editoria científica, tendo sido a *Cadernos* diretamente afetada por isso. Não somente o distanciamento social, mas os constantes ataques à universidade pública e o contingenciamento de verbas para a manutenção das instituições de ensino no Brasil, perpetrados por forças políticas avessas ao progresso da ciência, revelam as dificuldades com as quais todas as pesquisadoras e pesquisadores tiveram de lidar. E é, portanto, visando superar os impactos desse contexto que retomamos os trabalhos que permaneciam em nosso fluxo editorial na ocasião de todas essas adversidades.

A qualificação dos artigos tem como mote principal o alto nível de excelência profissional das autoras e autores, dos pareceristas e do time de editores que, conjugando eficiência e a escassez de tempo disponível para a realização dos trabalhos, coloca em circulação uma miríade de materiais com inegável fôlego intelectual. Nesta edição, o leitor irá encontrar três artigos teóricos que, apesar desta característica em comum, apresentam discussões e objetos distintos.

O artigo de Rafael Muller aborda a teoria da atividade de Alexei Leontiev. A partir de textos selecionados, o autor identifica que a teoria da atividade de Leontiev se estrutura em torno de três conceitos-chave: sujeito, atividade e objeto. Nesse sentido, Muller analisa como outros autores dessa corrente teórica mobilizam os mesmos conceitos, de forma a verificar a diferença entre o uso de cada um deles.

Em seguida, Gustavo Barbosa e Rayane Gomes analisam uma crônica de Machado de Assis, escrita para sua coluna no jornal *Gazeta de Notícias*. De maneira original, os autores relacionam essa crônica e a teoria marxista buscando contribuir para o debate sobre emancipação material e humana na contemporaneidade.

Por sua vez, o trabalho de Paulo César Limongi lança luz sobre um debate teórico-metodológico profícuo nos campos da história e da teoria social. Focando mais especificamente nas proposições do sociólogo Norbert Elias e suas reflexões sobre a história oral, o autor contribui para uma vasta literatura que se debruça em investigar e operacionalizar

conceitos centrais para a compreensão das múltiplas configurações da sociedade ao longo do tempo.

Esperamos que tenham uma ótima leitura!

Edson Lugatti Silva Bissiati

Karime Lima

Marcelo Reis Filho

Editores associados

SIGNIFICANTES E SINONÍMIAS NA TEORIA DA ATIVIDADE DE ALEXEI LEONTIEV

Signifiers and Synonymy in Alexei Leontiev's Activity Theory

Rafael Sarto Muller

Economista, servidor público federal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), especialista em Ciência Política, mestre em Gestão Social e doutor em Letras pela PUC Minas.

Resumo

O presente trabalho dedicou-se a organizar o léxico em torno da Teoria da Atividade de Leontiev. A seleção dos textos analisados deu-se por conveniência, conjugando obras originais e releituras e traduções dos principais autores, com vistas a observar os processos de mudança dos significados conferidos a termos essenciais dentro da teoria de Leontiev. Foi identificado que a Teoria da Atividade de Leontiev é estruturada em torno da tríade Sujeito, Atividade e Objeto e desenvolvida em níveis mais detalhados e descritivos de análise, agregando outros termos como Ação, Operação, Necessidade, Objetivo, Instrumento e Técnica. A análise do léxico permitiu elucidar os embates travados entre autores de mesma linha teórica que, muitas vezes, acabam por conferir significados discrepantes para cada um dos termos, gerando discordâncias apenas aparentes.

Palavras-chave: léxico; instrumento; objeto técnico; tecnicidade; trabalho

Abstract

The present work was dedicated to organize the lexicon around Leontiev's Activity Theory. The selection of the analyzed texts was made for convenience, combining original works, rereadings and translations of the main authors, in order to observe meanings' changes given to essential terms within Leontiev's theory. It has been identified that Leontiev's Theory of Activity is structured around the categories Subject, Activity and Object, which are developed into more detailed and descriptive levels of analysis, adding other terms such as Action, Operation, Need, Objective, Instrument and Technique. The analysis of the lexicon allowed us to elucidate the clashes between authors of the same theoretical line that often end up giving different meanings for each of the terms, generating only apparent disagreements.

Keywords: lexicon; instrument; technical object; technicality; job

Introdução

Ao estruturar a sua Teoria da Atividade, Leontiev (2014) postula “Atividade” enquanto categoria que agrega todas as relações entre sujeitos e a realidade objetiva. Em se tratando de uma afirmação de amplo alcance, sua teoria tem sido traduzida, interpretada, retrabalhada e aplicada por diversos autores e nos mais vários contextos.

Como é natural da língua e das traduções, a discussão por várias vozes em torno de uma mesma teoria acaba por gerar uma multiplicidade de termos importantes para a sua estruturação que funcionam como categorias analíticas de pesquisa, as quais se aproximam e se afastam em significados umas das outras e, assim, geram dificuldades à compreensão da teoria por novos pesquisadores. Uma mesma palavra (significante) pode, e frequentemente ocorre, ser dotada de significados diversos de uma obra para outra, a partir das opções de problematização de seus autores.

Por esse motivo, o presente trabalho pretende organizar o léxico em torno das principais ideias da teoria de Leontiev, levando-se em conta alguns dos expoentes no tema que contam com textos originais ou traduzidos em português, espanhol e francês. A presente pesquisa adota uma abordagem bibliográfica com enfoque nos seguintes autores: Leontiev (1978; 2014), Cresswell (1989), Simondon (2018), Machado (2010), Valverde (2011), Haudricourt (1964), Leroi-Gourhan (2010), Mauss (2003), Sforni (2003), Moura et al. (2010), Ouvriez-Bonnaz (2010) e Leplat (2018).

O texto se dividirá em duas partes principais. A primeira apresentará a Teoria da Atividade de Leontiev a partir de dois de seus escritos originais traduzidos, permitindo a estruturação dos principais conceitos em torno da teoria. Estabelecida essa referência, a segunda voltar-se-á às aproximações, afastamentos e opções lexicais e epistemológicas realizadas pelos outros autores em estudo em relação à obra de Leontiev.

Por fim, pelo fato de a Teoria da Atividade utilizar-se, frequentemente, de palavras de uso corrente na língua portuguesa como “atividade”, “ação”, “operação”, “objeto”, “objetivo”, “motivo”, “necessidade”, “consciência”, “sujeito”, “trabalho”, “técnico” etc. enquanto constructos teóricos de relevância, optou-se por, ao longo do texto, usar-se de uma cerquilha (#) para dar destaque às palavras-categorias apropriadas por algum dos autores com importância teórica, diferenciando-as, quando não for viável o uso de sinônimos, das palavras de uso corrente.

A Teoria da Atividade na obra de Leontiev

Leontiev (2014) apresenta a Atividade# enquanto uma categoria sempre relevante para a interpretação do mundo por tratar das relações entre sujeitos e a realidade objetiva.

Nesse aspecto, estabelece-se um padrão relacional “Sujeito# – Atividade# – Objeto#” que pode ser identificado em qualquer proposta de observação da realidade.

Com esse trabalho inicial, ficam três categorias estabelecidas como significativas para Leontiev em seus estudos: as categorias de Sujeito# e Objeto#, que são postos no mundo, operam e são operados, e a categoria Atividade# que se refere às relações que se estabelecem entre as anteriores e, também, entre Sujeitos# (Leontiev, 2014).

Estando toda a realidade submetida a essa possibilidade de análise, de repartição em partes menores para estudo, a Atividade# enquanto relação – que opera potencialmente entre todos os Sujeitos# e Objetos# – seria também, nas suas palavras, uma “unidade de vida” (Leontiev, 2014). De fato, ao não se poder reduzir toda a realidade e a complexidade da vida às partes que a compõem, senão à soma das partes com todas as relações possíveis entre essas partes, a noção de relação passa a ser essencial à compreensão do mundo. Ao trabalhar essa relação em sinonímia com Atividade#, Leontiev garante a significância absoluta à categoria como pretendia.

Além de sua preocupação com as partes do mundo (Sujeitos# e Objetos#) e suas relações (Atividade#), Leontiev também olha para tais elementos em perspectiva de historicidade, ao longo do tempo. É isso que, postula ele, diferencia qualitativamente o homem dos animais. O homem, enquanto Sujeito#, é capaz de construir-se e desenvolver-se através da Cultura#, desenvolvimento esse de características sociais (relações entre Sujeitos#) e históricas (que se materializam ao longo do tempo), dada via Trabalho# (Leontiev, 1978). A Cultura#, portanto, seria o somatório das Atividades# acumuladas, podendo ser também chamada de Humanidade#, Cultura Humana# e Gênio Humano#. A sinonímia entre todas essas categorias é identificável na medida em que Leontiev afirma que o que confere Humanidade# ao Sujeito# homem é a Cultura#, sendo um atributo essencial na sua diferenciação dos animais (Leontiev, 1978).

Percebe-se que Animais# não se caracteriza enquanto categoria de relevância para Leontiev, ao que poderia ser tomado como sinônimo de Objeto#. Tal opção, entretanto, justifica-se para agregar o sentido dinâmico desejado à Atividade#. Enquanto unidade de vida, a Atividade# demanda o funcionamento de Sujeitos#, não sendo possível falar em Atividade# exclusivamente entre Objetos#. Sendo os animais seres vivos, poder-se-ia incorrer no erro de pensar que animais também têm Atividade#, o que é falso. A atividade dos animais é meramente instintiva ou aprendida por repetição, não-cultural e, portanto, desprovida de Humanidade# (Leontiev, 1978). Ao nomear Atividade# como “unidade de vida”, fá-lo de modo expressivo, mas não trata Vida# como categoria útil para sua teoria. Como a construção cultural se dá via Trabalho#, esta categoria é, portanto, um subtipo da categoria Atividade#. Sendo a Atividade# toda relação possível entre Sujeitos# e Objetos# ou entre Sujeitos#, quando essa relação permite uma construção histórica e social (entre

Sujeitos#, ainda que indiretamente) identificável, poderá ser nomeada Trabalho#.

Dessa forma, se alguém opera sozinho, exclusivamente pensando sobre determinados conceitos abstratos (Objetos#) aprendidos – que, necessariamente, foram construídos culturalmente –, está em Atividade#, mas não necessariamente em Trabalho#. A título de exemplo, de uma perspectiva pedagógica, tais operações realizadas por um estudante poderiam considerar-se Trabalho# na medida em que são culturalmente esperadas por outros Sujeitos# e passíveis de avaliação em relação à apropriação desses conceitos (Objetos#). Essa relação de expectativa já seria suficiente para instalar a relação indireta existente entre Sujeitos# e caracterizar o Trabalho# do aluno. Como é perceptível, Trabalho# e Atividade# aproximam-se bastante, podendo ser tomados um pelo outro ou enquanto sinônimos em diversas situações. Sua sutil diferenciação varia, ainda, de acordo com a amplitude de significado dada à categoria Trabalho#: quanto mais ampla, mais próxima da Atividade#.

Debates em torno de Leontiev

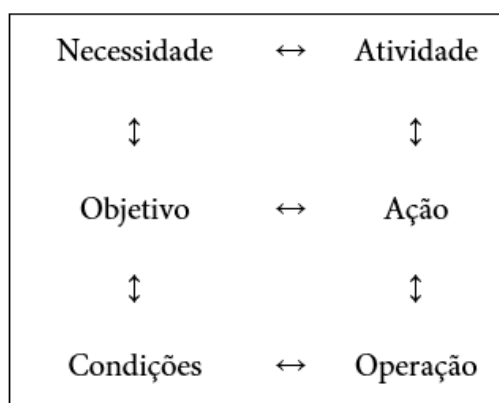
Machado e Machado (2018) afirmam que Leontiev apresenta uma proposta política de desenvolver, através da Teoria da Atividade#, uma teoria psicológica com metodologia que seguisse os preceitos materialistas, rompendo ao mesmo tempo com as posturas idealistas, mecanicistas e biologizantes do Sujeito#. Em sua perspectiva, o idealismo trataria a Atividade# como forma abstrata e especulativa, submetendo as ações do homem à determinação biológica e interna, desconectada da riqueza de suas relações sociais, históricas e culturais. Em que se pese Leontiev fazer exatamente o que critica – criar um conceito altamente abstrato, o de Atividade#, que se adequa enquanto categoria a todas as relações estabelecidas entre Sujeitos# e Objetos# e entre Sujeitos# –, sua postura aplicada (e não a sua teoria pura) promove os recortes na realidade de modo a aproximá-la de sua materialidade, o que é sentido pelas autoras.

Destrinchando a obra de Leontiev, postulam a premissa de que toda Atividade# de um Sujeito# é decorrente de uma Necessidade#, esta adotada no texto em sinonímia com Motivo# (Machado & Machado, 2018). A partir desse trinômio, organizam dois níveis mais abaixo de detalhamento da Atividade#, permitindo que a Teoria se aproxime da realidade observável. A Atividade# seria então subdividida em Ações# e estas em Operações#, enquanto a Necessidade# seria reduzida a Objetivos# e estes a Condições#. Nessa estrutura, Atividade# relaciona-se diretamente a uma Necessidade#. Entretanto, a Atividade# é uma operação complexa, podendo ser subdividida em um conjunto de Ações# menores. Individualmente, cada Ação# é incapaz de atender integralmente à Necessidade#, fazendo com que elas se direcionem a Objetivos#. Da mesma forma que o so-

matório organizado de Ações# configuram uma Atividade#, o atingimento do somatório de Objetivos# acaba por satisfazer a Necessidade# (Machado & Machado, 2018).

Um nível mais abaixo, quando sequer se pode identificar uma motivação direta para determinado comportamento, nomeia-se como Operação# a ação do indivíduo. Cada Operação#, individualmente, não pode garantir o atingimento de um Objetivo#, mas necessariamente está condicionada a um elemento de contexto, nomeado Condição#. O Sujeito# quando realiza uma Operação#, por ela ser uma subdivisão da Ação# e, por conseguinte, da Atividade#, fá-lo, necessariamente, em um determinado contexto, a partir dos recursos de que dispõe (Condição#) (Machado & Machado, 2018). A figura 1 apresenta esquematicamente essas relações.

Figura 1: Relações entre signos centrais na Teoria da Atividade de Alexei Leontiev.



Fonte: Elaboração própria.

Como toda relação dispõe de Sujeito# e Objeto#, todas as ações do primeiro, em qualquer nível de análise, estarão relacionadas a Objetos#. Interessante notar que o surgimento das categorias Necessidade# e Objetivo# geram uma discussão que coloca o termo Objeto# em contexto de plurissignificação, importante de desmistificar. No texto de Machado e Machado (2018), Objeto# é apresentado em sinonímia com Necessidade# e Motivo#. Do ponto de vista lógico-abstrato, apresentá-lo como tal não gera qualquer dificuldade, uma vez que a Atividade# intermedeia Sujeito# e Objeto#. Ocorre que o Objeto# caracterizado como Necessidade# do Sujeito# pode ser outro diverso do Objeto# ou Sujeito# sobre o qual atua.

Isso fica claro no exemplo trazido pelas autoras referente à pedagogia: em relação a um professor (Sujeito#), através de sua Atividade#, relacionam-se dois Objetos# – na verdade, um Objeto# e um outro Sujeito# –, quais sejam: a aprendizagem do aluno e o próprio aluno (Machado & Machado, 2018). Quanto mais alto o nível de análise, mais

abstratos os Objetos# e as Atividades#: nesse caso, a Atividade# de ensinar relaciona-se ao Objeto# aprendizagem do aluno, ambos de importante grau de abstração e generalização.

Ainda que tenda a gerar confusão, esse debate é relevante para perceber que a Necessidade#, enquanto Objeto#, é arbitrária e independente, a priori, do Sujeito# (Machado & Machado, 2018). O Sujeito# só se relaciona ao Objeto# através da Atividade#. Logo, para que essa relação exista, é preciso a Atividade# de ensinar, cuja construção é cultural.

Nessa sequência, os Objetivos#, enquanto partes da Necessidade#, não são arbitrários, senão determinados pela própria Necessidade#. Não é qualquer conjunto de Objetivos# que atende a uma Necessidade#, senão um conjunto específico e, por vezes, ordenado. Assim, como é exigido que a Necessidade# esteja estabelecida para que se determinem os Objetivos#, é necessário que exista, também a priori, a Atividade# e o Sujeito#. É nesse sentido que as autoras, seguindo Leontiev, postulam que os Objetivos# são determinados durante e conjuntamente à Atividade#, não podendo ser determinados a priori (Machado & Machado, 2018).

A confusão aqui existente decorre, novamente, do grau de amplitude dado ao conceito Atividade#. No senso comum, uma atividade só se inicia com os primeiros comportamentos observáveis de um indivíduo, não se computando o planejamento realizado de modo completamente privado (apenas em seus pensamentos). Esse conceito de atividade é, portanto, limitado a elementos observáveis. O conceito de Atividade# proposto por Leontiev é um conceito por excelência abstrato, não se prendendo aos comportamentos observáveis para ser determinado. Por se tratar de uma categoria que abarca todas as relações, a Atividade# já existe a partir do momento que o Sujeito# relaciona-se com o Objeto#, mesmo que não se tenha tomado nenhuma medida observável em relação a ele. Como logicamente é impossível pensar qualquer relação (Atividade#) sem Sujeito# e Objeto#, dizer que os Objetivos# são determinados durante a Atividade# é meramente uma decorrência lógica necessária.

Por fim, importante notar duas outras ressalvas: a) a premissa estabelece que toda Atividade# possui uma Necessidade# como Objeto#, fazendo com que as atividades [aparentemente] não motivadas devam ser pensadas em termos de Necessidade# não-identificada ou oculta, muitas vezes histórica, social e culturalmente definidas (Machado & Machado, 2018); b) por se tratar de uma teoria com alto grau de abstração – como visto, as categorias usadas possuem o atributo de serem generalizáveis para todas as realidades materiais em estudo –, tais conceitos são, também, ideais, não comportando o erro como um elemento intrínseco. Em outras palavras, um Objetivo# só pode ser identificado materialmente como Objetivo#-em-relação-a-uma-Necessidade# quando sua eficácia no atendimento parcial da Necessidade# for materialmente observada, algo que não está dado a priori. Assim, um Objetivo# pode ser tomado como Objetivo#-determinado-por-uma-

-Necessidade# durante a Atividade# de um Sujeito# que, posteriormente, vê-se frustrado pelo não atendimento de sua Necessidade#. Essa é uma situação que não invalida a teoria: a vinculação de um Objetivo# a uma Necessidade#, ainda que determinada, também se trata de uma ação da consciência humana, podendo ser falível.

Havendo na realidade apenas as macrocategorias Atividade#, Sujeito# e Objeto#, todos os três níveis de Necessidade#, Objetivos# e Condições# são Objetos# (Machado & Machado, 2018). Os limites entre eles, por serem um *continuum*, não são evidentes e imediatos, sendo possível estabelecer divisões e subdivisões adotando-se critérios diversos, que variarão conforme o interesse do pesquisador de cada análise. Todo modo, as divisões mais tradicionais acabam por posicionar nos níveis mais altos Objetos# mais abstratos e, nos níveis mais baixos, Objetos# mais concretos, aí incluído o Instrumento#.

O Instrumento# é usado em sinonímia com Objeto Técnico# e Utensílio#, sendo o Objeto# usado nas Operações# de um Sujeito# dentro de uma Atividade#. Fazendo o Instrumento#, ao lado da Atividade# e do Sujeito#, parte da tripla relação estabelecida pela Teoria da Atividade#, é lógico pensar que esse mesmo Instrumento# não estará apartado de seus significados culturais e de todas as relações que se estabelecem entre os Sujeitos# em suas Atividades# envolvendo aquele mesmo Objeto# (Instrumento#) e os Objetivos# a que ele atende (Machado, 2010).

Nos estudos que enfocam os Instrumentos#, portanto, será responsabilidade do pesquisador delimitar o rol de atributos do Instrumento# a ser analisado. Há aquelas pesquisas que enfocam o recorte das relações entre Objetos# (Instrumento# e Objetivo#) e, portanto, privilegiam atributos como evolução tecnológica, eficiência e eficácia produtiva etc. Outras pesquisas podem debruçar-se sobre a relação existente entre tais Objetos# e as Operações# e Ações# (níveis inferiores do estudo da Atividade#) a que se referem, privilegiando atributos e variáveis como organização dos processos produtivos, ergonomia e ergologia etc. Se incluem o trabalhador (Sujeito#), mas mantêm o escopo de análise em recorte micro, o atributo qualificação do trabalhador pode se tornar uma variável importante (Machado, 2010).

Todos esses estudos, cujas opções se voltam exclusivamente ao polo do Objeto# e/ou aos níveis mais micro da análise, são chamados estudos de visão utilitarista e historicidade objetiva exatamente por optarem por não ter o Sujeito# como objeto de estudo. A historicidade objetiva, como o adjetivo “objetiva” sugere, privilegia as modificações do Objeto# ao longo do tempo, não havendo correspondência no estudo das alterações dos Sujeitos# por não serem de interesse do estudo em específico. Uma pesquisa que estabeleça no Sujeito# e na Atividade# (níveis macro da análise) os seus objetos principais de estudo – normalmente em relação, também, ao Instrumento – terá em conta especialmente variáveis e atributos como valores culturais, sustentabilidade, a historicidade da consciên-

cia do trabalhador etc. Usualmente, são as pesquisas de cunho materialista que tendem a optar pelo enfoque no Sujeito# (Machado, 2010).

Considerado o enfoque no Instrumento#, a Operação# (nível micro de análise da Atividade#) orquestrada por um Sujeito#, valendo-se desse Instrumento#, é tratada como Técnica# ou Processo Técnico# em Cresswell (1989), que também é o autor que prefere optar pelo termo Utensílio# como substitutivo direto de Instrumento#.

Sendo a Técnica# uma categoria analítica dentro da Teoria da Atividade#, Haudricourt (1964) defende que a Tecnologia# seria a ciência responsável pelo estudo dessas técnicas e de todo o seu contexto circundante. Por isso mesmo, tratar-se-ia de uma ciência humana, já que a Técnica#, enquanto relação entre Sujeito# e Instrumento#, envolve necessariamente o homem e todo o seu processo de construção social e histórica. Em seu estudo, enfoca o processo de aprendizagem humana por imitação e o uso da linguagem para fins de comunicação simbólica e expressiva, buscando os vários níveis de análise que permite a Atividade#. A título de exemplo das opções analíticas que podem ser feitas pelos pesquisadores, pondera que mais abaixo do som ou da voz – muitas vezes considerados pelos pesquisadores como Instrumento# de menor nível na comunicação humana –, pode-se incluir os movimentos musculares realizados para produzi-lo (Haudricourt, 1964). Isso, entretanto, não enseja a criação de uma nova categoria analítica abaixo da Técnica# (Operação#), tendo em vista que os limites entre tais categorias são de difícil delimitação e residem na escolha individual de cada pesquisador.

Como demonstrado exaustivamente até aqui, as diferenciações que são feitas em tornos dos significantes são meramente esquemáticas e didáticas, usadas como forma de estruturar raciocínios e propor enfoques e agrupamentos de variáveis diversos, não sendo suficientes para chegar a se falar em oposição ou ausência de relação entre tais variáveis. Simondon (2018) é um autor que se mostra especialmente preocupado em estabelecer e manter todos os significantes dentro de um mesmo campo semântico e em constante relação, estudando os modos de existência dos Objetos Técnicos#. Ainda que do ponto de vista analítico pareça absurdo tratar de modos de existência para um Objeto# não animado, o uso da linguagem figurativa e das personificações em seu texto ao propor tais modos para os Instrumentos# (Objeto Técnico#) acaba por lhe permitir atingir o seu objetivo expressivo de redemonstrar a intrínseca relação entre Instrumento#, Operação# e Sujeito#, uma premissa da Teoria da Atividade# em termos abstratos (a tríade Objeto#, Atividade# e Sujeito#).

Especialmente sobre campos semânticos, os modos como os significados se sobrepõem e conflitam entre si ficam evidentes em Leplat (2018). Baseado nos estudos de Simondon, estabelece uma série de outros termos para designar casos particulares dos conceitos já discutidos. Dois desses novos conceitos são Trabalho# e Tecnicidade#. Apesar

de serem termos usados dentro da estrutura básica da Teoria da Atividade#, Leplat (2018) propõe outras métricas para a diferenciação desses conceitos.

Em relação à Técnica#, sugere a ampliação do conceito para toda a cadeia relacional da Teoria da Atividade#. Assim, enquanto para muitos autores Técnica# é usado em sinonímia com Técnica# e designa apenas os níveis mais baixos e mais próximos de Instrumento#, em seus estudos, Leplat (2018), influenciado por Simondon, não aceita tais diferenciações semânticas para fins de organização do pensamento e postula Técnica# como sinônimo de Atividade#, sugerindo que se use, inclusive, da figura de linguagem pleonasma para reforçar esse caráter, adotando o nome Atividade Técnica#.

Já em relação a Trabalho#, sugere outra variável para defini-lo. Se originalmente em Leontiev (1978) o Trabalho# era designado por seu caráter culturalmente produtivo, realizado por Sujeitos# em relação de construção social e histórica, na leitura de Leplat (2018) o determinante do Trabalho# é o emprego do próprio corpo pelo Sujeito# como instrumento de intermediação entre espécie e natureza. Nessa situação, a natureza surge como Objeto# relacional essencial para a caracterização do Trabalho# e o corpo do sujeito surge da mesma forma, porém como um Instrumento#. Tal perspectiva atinge um triplo objetivo para o autor: a) problematiza a teoria de Leontiev, diferenciando-se dela; b) apesar dessa diferenciação, não chega a abandonar a perspectiva histórico-dialética, satisfazendo sua necessidade de manter a crítica às visões ditas utilitaristas; c) consegue sustentar uma diferenciação, ainda que sutil, entre Atividade# e Trabalho#, porém invertendo a relação de pertencimento entre as duas categorias, garantindo certo grau de inovação à obra.

Para Leplat (2018), a maior parte dos estudos posiciona o Trabalho# como uma categoria superior à Técnica#, quando, em sua posição, a relação deveria ser invertida. Como já demonstrado, a teoria original de Leontiev propõe como categoria abstrata maior o termo Atividade#, estando o Trabalho# reduzido àquelas relações com caráter de desenvolvimento de cultura e consciência. A Técnica#, nessa hipótese, é usada para designar a relação em nível micro da Atividade#, estruturando que:

$$\text{Atividade\#} > \text{Trabalho\#} > \text{Técnica\#}$$

Leplat (2018), em sua convicção, opta por exacerbar o significado de Técnica# chegando a torná-lo sinônimo de Atividade#. A problemática que gera em torno de Trabalho# torna-se, portanto, de menor importância, sendo a reordenação das relações uma decorrência matemática:

$$\text{Atividade\#} = \text{Técnica\#} > \text{Trabalho\#}$$

Uma última concepção de Leplat (2018) é a de que os Objetos Técnicos# (Instrumentos#) podem ser agrupados com outros Instrumentos# segundo uma disponibilidade indefinida de conexões. Esse processo de organização baseado em atributos de uma classe de objetos é um recurso básico frequente dos trabalhos de categorização. Com essa afirmação e com a sua perspectiva de Trabalho# enquanto Atividade# que emprega o corpo do Sujeito# como Instrumento#, abre-se espaço para pensar o Gesto#.

O Gesto# é um tipo específico de Operação# que tem como atributo o uso do corpo do sujeito como Instrumento#, sendo tratado, por isso, em sinonímia com Técnica do Corpo# (Valverde, 2011). O autor, baseado em Mauss, opta pelo termo Gesto# e realiza um estudo em que identifica que a aprendizagem dos Gestos# se dá por imitação e reprodução, mas não deixa de ser social e cultural, fazendo com que a justificativa da existência de um determinado gesto apenas por seus atributos de eficácia não seja suficiente.

Mauss (2003), por sua vez, não se prende exclusivamente na defesa do paradigma materialista. Permite-se realizar um estudo sistemático e comparativo de categorizações possíveis aos Gestos# (os quais trata por Técnicas do Corpo#). Em seu estudo, adota como variáveis significativas sexo, idade, rendimento, formas de transmissão e historicidade (ao que chama de análise biográfica).

As pesquisas em historicidade do Gesto# identificam-se nos estudos de Leroi-Gourhan (2010) e, baseado neste, de Ouvriez-Bonnaz. O empreendimento desses autores é o de não só tratar o corpo como Instrumento#, mas de defender que se trata do primeiro Instrumento#. Como postula Ouvriez-Bonnaz (2010, p. 53), “a obra de Leroi-Gourhan é uma vasta empresa de descrição, de recenseamento e de classificação das técnicas”.

Leroi-Gourhan (2010, p. 56) aponta que “a tecnicidade, o pensamento, a locomoção e a mão aparecem como que ligados num só fenômeno”. Ao fazê-lo, situa os seus objetos de estudo – os Gestos# (Técnicas#, Operações#) e a mão (Instrumento#) – no contexto teórico que considera também outros Instrumentos# (nomeadamente pensamento e órgãos da locomoção). Seu estudo, portanto, volta-se à historicidade do processo de especialização dos Instrumentos# e das Técnicas#, tomando a mão como metonímia para seu real objeto de estudo – o corpo enquanto Instrumento#. Tal recurso figurativo, além de facilitar a delimitação do objeto de estudo, permite a manutenção da premissa teórica do caráter humano e cultural dos Sujeitos#.

Como a Teoria da Atividade# de Leontiev preocupa-se especialmente com a diferenciação dos homens (enquanto Sujeitos#) dos animais, naturalmente o enfoque das pesquisas sobre o corpo enquanto Instrumento# voltam-se às características particularmente humanas desse corpo. Assim, dentre os três elementos centrais postulados por Leroi-Gourhan (2010) (mão, pensamento e locomoção), apenas mão e pensamento são mais diretamente relacionados aos seres humanos pelos altos graus de especialização que tomaram

em relação aos outros animais.

Estudada a mão e descartada a locomoção, os estudos sobre o pensamento dentro da Teoria da Atividade# debruçam-se especialmente sobre o processo de ensino-aprendizagem, tomando o Conhecimento Significativo# como Instrumento# cognitivo do aluno a ser apropriado e operado adequadamente. Nessa visão, a Aprendizagem# enquanto Atividade# é reconhecida quando o aluno (Sujeito#) é capaz de realizar Ações# com o Conhecimento Significativo# aprendido (Sforni, 2003).

Como o processo de ensino-aprendizagem dentro do ambiente escolar ocorre em meio à socialização de sujeitos com funções diversas (professores e alunos, especialmente), é natural defender a existência de uma unidade entre as duas Atividades#. Na medida em que o professor também aprende sobre o aluno e sobre os seus modos de aprendizagem e isso altera a sua forma de ser-professor, ambas as Atividades# de ensinar e aprender, portanto, estão relacionadas (Moura, Araújo, Moretti, Panossian, & Ribeiro, 2010).

Em todos os casos, dado o caráter de abstração da Teoria da Atividade#, são válidos os seus postulados também para o contexto pedagógico, aqui tomado a título exemplificativo. Nesse sentido, Sforni (2003) pondera que a apropriação do conteúdo (aprendizagem, Atividade#) deverá ocorrer a partir de uma Necessidade# a ser satisfeita. A função do professor, portanto, é identificar Necessidades# já existentes e criar contextos para que Objetivos# determinados pelas Necessidades# sejam atendidos. É na criação desses contextos que os Conhecimentos Significativos# são colocados como Condições# (Instrumentos#) dos quais os alunos devem fazer uso para satisfazer suas demandas.

Para garantir uma aprendizagem contínua e cada vez mais profunda, “para que as ações passem para um lugar inferior na estrutura da atividade, tornando-se operações, é preciso que novas necessidades ou motivos exijam ações mais complexas” (Sforni, 2003, p. 8). Da mesma forma que as separações entre Ações# e Operações# não são limites claros, também não há de ser sempre clara a ordenação da complexidade das ações, em especial posto que tal complexidade depende diretamente das Condições# disponíveis.

Por fim, para o mundo pedagógico, vários termos da Teoria da Atividade# são cunhados de modo específico. Para Moura et al. (2010), Tarefa de Estudo# é a unidade fundamental da Atividade# de Estudo, sendo o termo Estudo# usado como sinônimo de Aprendizagem#, um tipo de Atividade#. Está, portanto, em nível mais basal da estrutura da Atividade#, equivalendo a uma Operação#. Na mesma toada, aponta como Ações# de Estudo os processos de autoavaliação e autorregulação da aprendizagem. Do lado do ensino (Atividade# do professor), a Atividade# é descrita como aquela que atende à Necessidade# de aproximar o aluno do Objeto# de Ensino (o Conhecimento Significativo#), que se tornará também Instrumento#. O autor trata desse processo como apenas uma função de aproximação entre aluno e objeto, vez que tal abordagem considera que a aprendiza-

gem de fato seja Atividade# do aluno.

Considerações finais

O presente artigo teve por objetivo organizar o léxico em torno da Teoria da Atividade de Leontiev. Como demonstrado, trata-se de uma teoria com alto grau de abstração que, graças a isso, ganhou a potencialidade de ser aplicada aos mais diversos contextos, trazendo contribuições ao estudo das mais variadas realidades.

As principais categorias identificadas como relevantes para o entendimento da Teoria da Atividade foram aqui nomeadas como: Sujeito#, Atividade#, Ação#, Operação# (e seus subtipos Técnica# ou Tecnicidade# e Gesto#), Objeto# (Necessidade#, Objetivo# e Condições#, com seu subtipo Instrumento# ou Utensílio# ou Objeto Técnico#).

Foi registrado também unânime o entendimento de que o uso da Teoria da Atividade pressupõe um estudo integrativo, capaz de observar as diversas dimensões e relações de todos os envolvidos em uma Atividade#. Esse posicionamento, sugere-se, foi decorrente, também, de uma Necessidade#: a disputa de forças paradigmáticas na ciência entre um positivismo acrítico e uma opção histórico-materialista.

Nesse contexto de disputas, alguns autores pouco agregam à Teoria da Atividade enquanto uma epistemologia, reduzindo sua pesquisa e seus argumentos à mera defesa da premissa de que todas as categorias estão correlacionadas, fato esse, aparentemente, apaziguado desde o surgimento da teoria, exatamente por tratar-se de uma premissa. Mais grave, porém de modo pontual, encontraram-se autores que propõem toda uma reclassificação terminológica travestida de problematização com o aparente intuito de colocarem-se como inovadores dentro dos estudos da teoria.

Por fim, com a expansão da multiplicidade de vozes e disputas em torno dessa teoria – e, certamente, de várias outras –, o estudo linguístico do léxico mostrou-se Instrumento# importante na sistematização e organização dos conhecimentos, permitindo-se superar alguns desses embates e partir para a estruturação de estudos que realmente agreguem elementos novos ao debate, com novas propostas para que a Teoria da Atividade seja aplicada eficazmente sobre problemas materiais.

Recebido em 01 de agosto de 2018.

Aprovado para publicação em 21 de janeiro de 2021.

Referências

CRESSWELL, R. Utensílio. **Enciclopédia Einaudi**. Imprensa Nacional/Casa da Moeda,

Lisboa, Portugal, v. 16, p. 313-328, 1989.

HAUDRICOURT, A. La technologie, Science humaine. **La Pensée**, n. 115, p. 28-35, 1964. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5816034v/f30.image.langPT>>. Acesso em 25 abr. 2024.

LEONTIEV, A. **Atividade Consciência e Personalidade**. 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/leontiev/1978/activ_person/cap05.htm>. Acesso em 25 abr. 2024.

LEONTIEV, A. Activity and Consciousness. **Revista Dialectus - Revista de Filosofia**, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/5173>>. Acesso em 25 abr. 2024.

LEPLAT, J. Volver sobre Gilbert Simondon y su libro inicial. **Laboreal**, v. 14, n. 1, 2018. Tradução Patricio Nussold. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/laboreal//545?lang=pt>>. Acesso em 25 abr. 2024.

LEROI-GOURHAN, André. A libertação da mão. **Laboreal**, v. 6, n. 2, 2010. Tradução de João Viana Jorge. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/laboreal/8861>>. Acesso em 25 abr. 2024.

MACHADO, L. Instrumentos de trabalho. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<https://gestrado.net.br/verbetes/instrumentos-de-trabalho/>>. Acesso em 25 abr. 2024.

MACHADO, T. S.; MACHADO, L. R. A Teoria da Atividade de Alexei N. Leontiev e sua abordagem sobre a correlação entre motivos e sentidos pessoais. **Trabalho & Educação**, v. 27, n. 2, p. 151-164, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9764>>. Acesso em 25 abr. 2024.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2003, p. 399-422. Disponível em: <<http://psico48.files.wordpress.com/2011/08/58756964-sociologia-e-antropologia-marcel-mauss-as-tecnicas-do-corpo.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2024.

MOURA, M. O. *et al.* Atividade orientadora de ensino: unidade entre ensino e aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional**, v. 10, n. 29, p. 205–229, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3094>>. Acesso em 25 abr. 2024.

OUVRIER-BONNAZ, R. Introdução ao texto “A libertação da mão” de André Leroi-Gourhan. **Laboreal**, v. 6, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/laboreal/8878>>. Acesso em 25 abr. 2024.

SFORNI, M. S. F. Aprendizagem conceitual e organização do ensino: contribuições da teoria da atividade. In: **Anais da 26a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu: ANPED, 2003.

SIMONDON, G. Do modo de existência dos objetos técnicos: introdução: Texto original: Simondon, G. (1969). Introduction. In G. Simondon. *Du mode d'existence des objets techniques* (pp. 9-16). Paris: Aubier. **Laboreal**, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/laboreal/546>>. Acesso em 25 abr. 2024.

VALVERDE, J. C. El gesto analógico. Una revisión de las “técnicas del cuerpo” de Marcel Mauss. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad**, v. 3, n.7, 2011, p. 75-87. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2732/273221545008.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2024.

BONS DIAS DO PASSADO PARA UM PRESENTE DE BONDADE CRUEL

Good Days of the Past for a Present of Cruel Kindness

Gustavo Henrique Freire Barbosa

Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Rayane Cristina de Andrade Gomes

Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília, professora adjunta da Universidade Federal Rural do Semi-Árido e pesquisadora filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as).

Resumo

O presente estudo buscar analisar a crônica de Machado de Assis sobre o processo de Abolição, escrita em 19 de maio de 1988 em sua coluna jornalística “Bons dias!”. O texto dá elementos para revisitar o clássico debate entre a emancipação humana e política, a questão do direito como elemento fundamental para a reprodução do Capitalismo e a disputa sobre o entendimento de liberdade e autonomia nos dias atuais. O presente estudo é qualitativo e de caráter bibliográfico, fazendo a interlocução entre a obra literária e a teoria marxista. Em um país marcado pela desigualdade de classe, raça e gênero, que vem atravessando mais um momento de fragilidade democrática, é necessário compreender como se deu sua construção e os impactos disso na contemporaneidade. Nessa perspectiva, concluiu-se que a emancipação material e humana só é possível fora das molduras institucionais das democracias burguesas, superando as limitações próprias de seu arcabouço.

Palavras-chave: Machado de Assis; teoria marxista; raça; classe; democracia liberal

Abstract

The present study seeks to analyze the chronicle of Machado de Assis on the Abolition process, written on May 19, 1988 in his journal “Bons dias!”. The text gives elements to revisit the classic debate between human and political emancipation, the question of law as a fundamental element for the reproduction of Capitalism and the dispute over the understanding of freedom and autonomy in the present day. The present study is qualitative and of bibliographical character, making the interlocution between the literary work and the Marxist theory. In a country marked by the inequality of class, race and gender, which is going through another moment of democratic fragility, it is necessary to understand how its construction and the impacts of this in contemporaneity have taken place. From this perspective, it was concluded that material and human emancipation is only possible outside the institutional frameworks of bourgeois democracies, overcoming the limitations inherent to their framework.

Keywords: Machado de Assis; marxist theory; race; class; liberal democracy

Introdução

De 5 de abril de 1888 a 29 de agosto de 1889, Machado de Assis escreveu, para o periódico *Gazeta de Notícias* uma coluna quinzenal intitulada de “*Bons dias!*” que captou, a partir da peculiar ironia que caracteriza seus escritos, as contradições da burguesia carioca na decadência do Império brasileiro. Em um de seus melhores textos, seu narrador se detém à análise do processo abolicionista que se efetivara dias antes da publicação no jornal.

A habilidade de Machado de Assis ao expor de maneira ácida, inteligente e bem-humorada as incongruências do processo da promulgação da Lei Áurea, que pôs um termo formal ao regime escravocrata no país, é o ponto de partida das reflexões do presente texto. Assim, objetivo principal do artigo é apresentar o debate de classe e raça no Brasil a partir da crítica ao liberalismo e à democracia formal com base na obra machadiana.

O debate entre a emancipação humana e política, a questão do Direito como elemento fundamental para a reprodução do Capitalismo-patriarcal-racista e a disputa sobre o entendimento de liberdade e autonomia são alguns dos tópicos que pretendemos abordar. O presente estudo qualitativo utiliza como procedimento para análise a revisão bibliográfica, estabelecendo interlocuções entre a crônica e a teoria marxista. O eixo da pesquisa, assim, gravita em torno de leituras de obras de Karl Marx, David Harvey, Evgeny Pachukanis, Ellen Wood, Slavoj Žižek, Silvio Almeida entre outras leituras mobilizadas.

Em um momento crucial da história recente do Brasil, onde a já vacilante democracia representativa foi suspensa por um golpe de Estado¹, com a sequente ascensão de um governo comprometido com o conservadorismo e o aprofundamento da destruição do Capital, que sofre as dores de uma pandemia, volve-se fundamental discutir como o processo de formação econômico, racial e social brasileiro se desenvolveu ao longo dos séculos e se tornou capaz de produzir tais efeitos.

Machado de Assis advertiu em 1888: a “bondade cruel”, como canta a Paraíso do Tuiuti em 2018², da burguesia brasileira que aboliu o regime escravocrata deu início ao

1 Partimos da posição de Löwy (2016) que considera que o processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, representa uma tendência na América latina e é uma tática retomada atualmente, pós-ascensão de governos progressistas e alinhados à defesa de interesses nacionais, existe um processo de devolução do poder aos grupos dominantes, isto é, às elites econômicas. O autor considera que esse movimento demonstra que a democracia consiste numa exceção para esses países, posto que atrapalha o desenvolvimento e os interesses do capitalismo e da implementação de suas políticas neoliberais.

2 O título do presente trabalho foi pensado em diálogo com o Samba-Enredo da GRES Paraíso do Tuiuti que trouxe para avenida uma crítica contundente as presenças do regime escravocrata no Brasil. Na poesia da Escola a “bondade cruel” aparece como elemento organizador da crítica que dialoga, em nossa avaliação, com a formulação machadiana elaborada 130 anos antes.

“cativeiro social”³ que continua segregando a partir da classe, da raça e do gênero. Os “*Bons dias*” do passado são um aceno para um presente cruel, que precisa ser enfrentado.

Para entender os bons dias de Machado de Assis em 1888

Sabe-se que nenhuma das representações sociais, simbólicas e ideológicas que se apresentam diante de nossos olhos tem origem apenas nos meandros subjetivos de quem professa seus respectivos conteúdos. Há, nesse sentido, uma perspectiva objetiva e histórica na formação das subjetividades, responsável por moldá-las de acordo com a conveniência das forças produtivas em determinados momentos históricos.

Indo além da dimensão subjetiva do preconceito e à análise meramente moral de suas expressões, é pertinente que tenhamos em mente que a discriminação não se explica por si só ou, em outras palavras, não é fruto único de reflexões morais. Assim, o acúmulo de experiências e narrativas incide sobremaneira na percepção coletiva de que o que se materializa em nossa frente corresponde a particularidades subjetivas que pouca ou nenhuma relação guardam com o encadeamento histórico que as debelou. Como explicam Marx e Engels (2010, p. 51), a produção de ideias, de representações da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e ao intercâmbio material entre homens e mulheres enquanto linguagem da vida real.

O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. São os homens os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e atuantes, de suas forças produtivas e das relações a eles correspondentes, até chegar às suas mais amplas formações (Marx; Engels, 2010, p. 51).

Nesse sentido, as circunstâncias materiais, históricas e objetivas formam – e deformam – a forma com que vemos o mundo, incutindo-nos, por meio de expressões ideológicas invisíveis aos olhares incautos, o pacote de valores hegemônicos que terminam por influir diretamente na construção de nossa personalidade. Crentes de que somos soberanos de nós mesmos, resistimos em enxergar os grilhões que criam e mantêm uma racionalidade aparentemente descolada do mundo que nos cerca.

O papel do Estado ganha considerável relevância nesse contexto, principalmente se considerarmos que representa um instrumental imprescindível para que o sutil controle dos limites da consciência e das dimensões da alienação ocorra de forma eficaz. Se o

3 Conferir a letra do samba “*Meu Deus, Meu Deus, Está Extinta a Escravidão?*” Disponível em < <https://www.letras.mus.br/gres-paraiso-do-tuiuti/samba-enredo-2018-meu-deus-meu-deus-esta-extinta-a-escravidao/> > Acesso em 15 de fev. de 2018.

Estado é a fonte material das leis em normas jurídicas, e sendo a expressão do domínio de classe tem-se que a legitimação dos valores hegemônicos das classes dominante se sublima em leis que exprimem sua cosmovisão (Engels, 2014).

Assim, para além de uma eventual solução desta problemática por intermédio do Estado, é de suma importância que sejam esclarecidas as limitações emancipatórias que ele apresenta, o que se evidencia nos contornos delineados pelo modo de produção capitalista.

Com a finalidade de demonstrar tais limitações, destacamos algumas passagens da obra do escritor brasileiro Machado de Assis (1839-1908) no que diz respeito ao período em que o Brasil viveu sob um regime escravocrata e o formalismo ilusório do seu fim, buscando, dessa forma, demonstrar que no quadro institucional imposto pela própria democracia não é possível uma emancipação plena e substancial.

Conforme Soares (2012) o destaque das crônicas “Bons dias!” é a apresentação da caricatura da burguesia no Rio de Janeiro da época. As conversas entre os leitores do periódico e o narrador encontravam sempre um sujeito em mutação, que, para usar os termos da autora, “ora se apresenta como um burguês decadente, ora como comerciante oportunista, ora como um sujeito apalermado, ora como um repórter inconveniente” (Soares, 2012, p. 105).

A ironia fina de Assis traduz de maneira brilhante o que Bosi (1988) chamou de a “escravidão entre dois liberalismos”. As ideias liberais no Brasil foram utilizadas, segundo Mattos (2004, p. 53), ao mesmo tempo, para defender a manutenção do regime escravocrata e refutá-lo, situação que ficou conhecida como o “dilema da peteca” do direito civil brasileiro, ou o dilema entre o direito à liberdade e o direito à propriedade. Tanto os novos liberais, quanto os republicanos mais radicais, para usar seus termos, tinham mais concórdias que desentendimentos.

Assim, como nos ensinou o exemplo haitiano⁴, a liberdade, igualdade e a fraterni-

4 “Enquanto, em Paris, a guilhotina decepava as cabeças dos jacobinos, em São Domingos Dessalines e seus companheiros continuavam a defender, de armas na mão, o ideal jacobino da liberdade e igualdade de todos os homens. Eles, os jacobinos negros, permaneciam fiéis ao espírito revolucionário da Convenção de 1789. A 29 de novembro de 1803, os revolucionários negros divulgaram uma declaração preliminar de Independência. A 31 de dezembro, foi lida a Declaração de Independência definitiva. O novo Estado recebeu, no batismo, a denominação indígena de Haiti. Dessalines se tornou o primeiro chefe de Estado haitiano, sendo coroado imperador em outubro de 1804. Mercadores de Filadélfia o presentearam com uma coroa e um manto imperial trazido de Londres. Começou a governar com as bênçãos dos capitalistas ingleses e americanos, como escreve James¹². Os ex-escravos, por sua vez, viram-se definitivamente livres do trabalho compulsório nas plantações de cana e nos engenhos de açúcar. Sob as presidências de Pétion e Boyer, passaram a se dedicar à tradição herdada da África, ou seja, à agricultura de subsistência. O Haiti saiu do mercado mundial do açúcar e eliminou a possibilidade de progredir em direção a um nível econômico superior. De colônia mais produtiva das Américas passou a país independente pauperizado e fora de um intercâmbio favorável na economia internacional” (Gorender, 2002, p. 301).

dade pregadas pelos iluministas franceses nada tinham a ver, a priori, com rompimento com a escravidão⁵. Ou seja, as formulações mais elementares do liberalismo esbarram nas contradições que a classe, o gênero e a racialização produzem articuladamente.

Nos termos de Soares (2012, p. 115): “a oposição ideológica entre o modo de produção brasileiro, baseado no trabalho forçado, e o liberalismo, que então se consolidava na Europa, seria uma das causas da dubiedade do comportamento ético das elites”. A crônica machadiana traduz, a partir de seu narrador, a caricatura dessas incongruências. O texto que narra o autoelogio do narrador ao ter pretensamente antecipado a libertação do seu único “escravo” remanescente é cheio de preciosas críticas, que passaremos a observar.

Pancrácio, champanhe e a bondade cruel

Machado de Assis estabeleceu em todo o robusto corpo de sua obra, elementos únicos. Entre esses recursos estava a opção de começar o texto com uma saudação explícita a quem o lê, como é o caso da crônica analisada nesse texto, datada de 19 de maio de 1988, seis dias após a publicação da Lei Áurea. O narrador trata com reverência e estabelece de imediato a comunicação com seu leitor, e ao fazê-lo cria uma conexão, também, de identidade de classe (Soares, 2012, p. 113).

Ora, pensando no contexto brasileiro dos 1888, a ampla maioria negra e pessoas escravizadas não alcançavam a alfabetização. Segundo os dados do censo de 1872⁶, 99% das pessoas escravizadas não sabia ler. Ao passo que entre as pessoas livres, os homens eram aqueles que acessavam mais a leitura, em torno de 23%. Assim, a clientela da Gazeta via-se espelhada nas personagens enredadas por Machado de Assis. Homens, não-escravizados, alfabetizados. Ao forçar o diálogo direto com o tipo caricato de seu narrador o escritor expõe a burguesia carioca.

O texto começa com o autoelogio do narrador a sua capacidade de antecipar a própria Lei Áurea, responsável pela abolição formal e institucional da escravidão. A passagem atribui ao vanguardismo seu e de sua família a característica de “profetas”.

5 “A Revolução Francesa de 1789 tinha como base a difusão das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade; direitos que deveriam ser comum a todos os homens. Em 1794, a Assembleia Nacional Francesa decretou a abolição da escravidão e do tráfico negreiro em todas as dependências da França. Todavia, ambos voltariam a ser legais 1802. O decreto do Consulado Francês restabelecendo a escravidão e o tráfico negreiro era claro: “O tráfico de negros e sua importação nas colônias se farão conforme as leis e regulamentos existentes antes de 1789”. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/liberdade-igualdade-fraternidade-e-escravidao/>> Acesso em 15 de fev. de 2018.

6 IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>> Acesso em 18 de jun. de 2024. NEXO, O retrato do Brasil na escravidão. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/07/07/censo-de-1872-o-retrato-do-brasil-da-escravidao>> Acesso em 18 de jun. de 2024.

Para celebrar a sua atitude, o narrador anuncia um jantar para comemorar o feito, mas o convidado principal não é “o molecote que tinha” e sim sua própria pessoa. Durante a festa o anfitrião celebra a mesa farta e seus bondosos valores cristãos. O banquete é uma alegoria para todo o processo político do momento. Quem submeteu as pessoas à condição de mercadoria é celebrado, indenizado e saudado. As pessoas negras escravizadas não eram bem-vindas a festa da sua “libertação”.

Inspirado pelo entusiasmo da fé, o ex-senhor levanta a taça de champanhe, e declara – acompanhando as ideias de Cristo pregadas há dezoito séculos – a restituição da liberdade ao seu escravo Pancrácio, entendendo que “a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado”.

No dia posterior, há o seguinte diálogo com Pancrácio, seguido de algumas reflexões:

- Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

- Oh! Meu senhô! Fico.

- ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu cresceste imensamente, Quando nasceste, eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver. Olha, és mais alto quatro dedos...

- Artura não qué dizê nada, não, senhô...

- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

(...)

Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre (Assis, 2009, p. 88).

Teria Pancrácio condições materiais de exercer sem embaraços a liberdade puramente formal que lhe foi garantida por lei e pelo voluntarismo de seu antigo senhor? Seria Pancrácio o senhor de seu próprio destino?

A negativa é a única resposta possível para esses questionamentos. Conforme Santos (2015, p. 43), as leis que protegiam os escravos, raciocínio que se estende à abolição, eram inúteis. Pancrácio, assim como a maioria da população negra brasileira, atravessou o processo de pauperização e discriminação racial durante todo o regime escravocrata.

Seguindo a posição do autor é necessário romper com a ideia de que a marginalização da população negra no Brasil teve como estopim “a célebre Lei Áurea libertasse cerca de 700 mil deles, num país que vinte anos antes tivera 1 milhão e meio de escravos, sobre uma população total de cerca de 10 milhões” (Santos, 2015, p. 151).

A Lei compõe um cenário do declínio acentuado do regime escravocrata, que já havia “liberado” sua mão de obra cativa por não conseguir sustentar economicamente suas atividades de exploração. Como Santos (2015, p. 161) sustenta, no projeto de país inaugurado com a República continha “um intento, uma sutil determinação racista: os negros não seriam promovidos a trabalhadores livres”.

O ideário que se criou sobre a relação entre os senhores de escravo e suas propriedades humanas tem como um de seus efeitos o estabelecimento da institucionalização do racismo. Como arremata o autor, “os estereótipos contra o escravo se ergueram como primeira e mais sólida barreira à sua inserção no país moderno com que sonhavam os abolicionistas” (Santos, 2015, p. 161).

A classe dirigente que sustentou o mais longo período de escravidão do mundo, que foi restituída pelo Estado brasileiro por suas perdas e recebeu insumos para desfazer-se de suas propriedades humanas⁷, foi responsável por não formular nenhuma medida para a recepção dos “libertos”. Em verdade, os auspícios abolicionistas tinham como horizonte para o país o embranquecimento da nação, conforme denuncia Lima Barreto, em “Os Bruzundangas”, ao narrar os inconvenientes do ministro Pancome em, através de concurso, selecionar apenas diplomatas brancos:

Não queria que a cousa [o êxito de mestiços nas provas] se repetisse e estudava o modo de, evitando o concurso, encontrar um candidato bonito, bem bonito, não sendo em nada javanês, que pudesse oferecer aos olhares do ministro da Coréia ou do Afeganistão um belo exemplar da beleza masculina da Bruzundanga (Barreto, 2005, p. 130).

De acordo com um dos maiores defensores do abolicionismo brasileiro, Joaquim Nabuco (2003, p. 40) “nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos, portanto, admitir essa maldição da cor; pelo contrário, devemos tudo fazer por esquecê-la”. Esquecê-la significou, *a posteriori*, mascarar as relações raciais e de classe que existiram desde o período colonial e reverberam até hoje. Lê-se em Gilberto Freyre (2003, p. 107) que “o escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal”. A lógica de

7 “A adesão franca à campanha abolicionista da parte dos paulistas do Oeste estava, pois, condicionada a um subsídio oficial que fosse bastante copioso para a obtenção dos braços livres. O subsídio veio em abundância: entre 87 e 88 chegariam aos nossos portos quase 150 mil imigrantes. Proclamada a República, sob o domínio do café, pôe-se em marcha a grande imigração” (Bosi, 1988, p. 40).

que não havia uma relação de opressão, mas de parceria entre a casa grande e a senzala foi construída para dar consequência ao que Nabuco professou – é necessário esquecer o que houve cá, nestes trópicos.

Silvio Almeida (2018, p. 50) explica tal posição do abolicionismo brasileiro. Em seus termos: “o pavor de um dia ser igualado a um negro é o verdadeiro fardo que carrega o homem branco da periferia do capitalismo e um dos fatores que garante a dominação política, econômica e cultural dos países centrais”. O professor aponta como a relação de racialização é indissociável do estabelecimento do capitalismo, especialmente no caso brasileiro. A relação entre os traços da colonização branca, cristã e europeia prescindem da redução das populações não-brancas a uma condição de mercadoria, ao passo que fortalecem e constroem um discurso de superioridade que se ressignifica inclusive no momento abolicionista, onde a “liberdade negra” tem como protagonistas a “bondade branca”.

Ao retomar ao texto da crônica, Assis desnuda essa relação. O cândido senhor branco, que celebra a liberdade de Pancrácio com champanhe e evocando os mais puros princípios religiosos, reclama com sua ex-propriedade a deficiência da execução dos serviços cotidianos. Certamente prejudicado “pelos males que a liberdade traz”.

O banquete promovido pelo simpático narrador da crônica machadiana reforça a lógica que o ato de libertação formal da população negra gerou no País. Segundo Santos:

a festa da Abolição durou semanas e é curioso e ilustrativo acompanhar a reação das autoridades, escravocratas e abolicionistas, ao regozijo popular: primeiro festejaram juntos, depois lembraram que o trabalho esperava, depois ameaçaram os vadios, e, enfim, acionaram a política para esvaziar as ruas (Santos, 2012, p. 165).

Ainda que restrita, o ato formal da Lei Áurea foi resistido até o fim pela classe dominante brasileira e a resposta à festa em 1888, o contragosto da alforria segue no paladar dos herdeiros desses senhores.

O “molecote” Pancrático, que recebia o nome de um esporte olímpico grego onde se lutava até a morte, cuja estatura física superava a do seu ex-senhor e atual patrão, tinha uma carta na mão e um pequeno soldo a espera. A crônica prossegue, “mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha”. E como valia.

A condução perspicaz do texto aponta de maneira artística como a vida das pessoas negras era percebida na época e segue ecoando. Conforme Pires e Costa, ao analisarem as articulações entre escravismo e capitalismo, podem ser extraídas algumas conclusões:

A escravidão localizada não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas com o desenvolvimento do mesmo e, portanto, irremediavelmente fadada ao desaparecimento; estamos em face de um escravismo produtor de

mercadorias (escravidão puramente industrial) e dependente dos mercados mundiais aos quais deve sua existência (3); os escravistas são capitalistas, vale dizer, acrescentamos nós, personificam o capital escravista-mercantil (Pires; Costa, 2000, p. 90).

Ainda que o modo de produção capitalista tenha como sua maior característica a predominância do trabalho assalariado, a ocupação do território brasileiro por Portugal e demais potências mercantis que buscaram se estabelecer já ocorreu na fase de acumulação primitiva do capital (Pomar, 2016, p. 22). Ocorre que, como nos informa Ellen Wood (2011, p. 230), a questão da escravidão negra era, em si mesma, um dos negócios capitalistas. A autora desconstrói a ideia de que o racismo generalizado contra a população negra seja consequência tão somente do colonialismo e da expansão mercantilista. Diz a autora que “o racismo moderno é diferente”, pois traz consigo “uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural”.

Wood insiste no argumento de que a condição para o exercício da cidadania por pessoas negras foi organizada a partir do racismo por retirar desses sujeitos sua própria humanidade. Aqui residem os impasses provocados pela democracia liberal, ao passo que avançou no reconhecimento jurídico de igualdade formal, tal percepção tornou necessária a formulação de uma teoria que operasse dessa maneira.

De forma a complementar esse pensamento, Eduardo Goldstein (2009, p.33) complementa que a discriminação racial não reconhece regimes políticos-jurídicos, sendo, portanto, elemento transversal. Diz o autor que “la realidad y la historia nos demuestran que en todos los sistemas, desde los más liberales hasta los más autoritarios, la discriminación ha existido u aún persiste en nuestros días”.

Retomando-se a sequência da crônica, informa-se ao leitor que os “petelecos”, “pontapés” e apelidos de “besta” persistem independentemente da carta de alforria. Ao que o narrador chega a concluir de forma aliviada, procurando tirar nós de sua consciência: Pancrácio recebe tais tratamentos com alegria e humildade. O trecho serve de base para a compreensão do conjunto de ideias que sustenta a ideia de democracia racial. A concepção que entre a casa grande e a senzala havia, senão, relação de simbiose. Quase de amistosidade (Freyre, 2003).

Tal concepção será o amálgama das correntes que forjaram a ideia de democracia racial, que para Joel Santos existe como uma aspiração nacional. Diz o autor que “o brasileiro comum se vê como criatura sem problemas deste tipo” variando entre duas posições “a da realidade preconceituosa e discriminatória contra o negro, fato de todas as horas; e a do desejo de relações fraternas e naturais” (Santos, 2015, p. 25).

A conclusão a que chega o protagonista da história nos revela exatamente esse ponto. O caso de sua benevolência e visão de futuro, ao libertar Pancrácio antes da Lei

de 1888, é a comprovação de que não haveria melhor nome ao pleito de deputado que se aproximava. Os poderes, que chama de “trôpegos” e “ultrapassados” são agora o alvo do seu narrador.

A boa ação do ex-amor deveria ser recompensada não apenas pelos cartões que lhe chegaram, ou a hipótese de um retrato pintado a óleo, mas com a manutenção do título de “primeiro dos cariocas” no parlamento. Espaço por onde foram mediados os debates abolicionistas, mas principalmente o locus, por excelência dos Estados modernos, da produção do direito.

Conforme a leitura de Pachukanis (1988, p.46) orienta, a constituição das relações sociais a partir da ficção jurídica é essencial à reprodução capitalista. Na esteira das pressões britânicas para que a mão de obra escrava se convertesse em assalariada, pressupunha-se a identificação dos negros como cidadãos, ainda que apenas do ponto de vista formal. O autor adverte que “esta definição revela o conteúdo de classe das formas jurídicas, mas não nos explica a razão por que este conteúdo reveste semelhante forma” (*ibidem*).

Nos ditos de Mascaró, a ideia central do autor russo quanto ao Direito é a de que “sua especificidade reside no fato de que somente se estrutura o capitalismo quando, nas relações mercantis, que lhe são já sua primeira etapa e forma necessária, institucionalizam-se também mecanismos jurídicos” (2016, p. 417). Aumentar a quantidade ou conteúdo dos direitos não atinge o ponto nevrálgico que é a reprodução da exploração e da opressão a partir da forma jurídica. Trocando em miúdos, a edição da norma que concedia a liberdade aos remanescentes escravizados não poderia ser efetivada, pois o Direito burguês não tem tal fim - o “estreito horizonte jurídico burguês”, conforme terminologia utilizada por Marx nas glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão, em contraponto às platitudes que acreditam ser possível emancipar materialmente e manter os pilares do sistema ao mesmo tempo (2012, p.32).

Contudo, como a leitura da Questão Judaica nos coloca a emancipação humana, tem como pressuposto a emancipação política. Conforme Marx: “A emancipação política representa concomitantemente a dissolução da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano” (2010, p. 51).

Nesse sentido, ainda segundo Marx, é inquestionável que a emancipação política, ou o reconhecimento de direitos dentro da ordem das democracias liberais burguesas, representa de fato um progresso, ainda que não chegue a ser forma definitiva da emancipação humana em geral, tendo em vista que constitui a forma definitiva desta emancipação apenas dentro da ordem mundial vigente. Quanto à fé professada nos limites institucionais e nas formas democráticas, Engels e Kautsky (2012, p.20) ensinam, em referência aos escritos de Marx quanto ao programa do Partido Operário Alemão, que a percepção aos estreitos horizontes o Direito absolutamente não possibilitam eliminar as calamidades

estruturais criadas pelo modo de produção burguês-capitalista – a começar pela colonização dos espíritos sedimentada na perspectiva de que aqueles que produzem os meios de produção material produzem também os meios de produção espiritual, de modo que a ideologia da classe dominante é a ideologia hegemônica, alçada à condição a-histórica e universal (Marx; Engels, 2010).

Esta colonização pode ser vislumbrada em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, outra célebre obra de Machado de Assis. Narrando em primeira pessoa, Brás Cubas tem suas reflexões interrompidas por um ajuntamento de pessoas em volta de um preto que vergalhava outro, que “não se atrevia a fugir; gemia somente estas únicas palavras: ‘Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão!’”. Cubas, então, percebe que o algoz se tratava de Prudêncio, que seu pai libertara alguns anos antes, ocasião em que faz a seguinte reflexão:

Logo que me meti mais dentro a faca no raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, até profundo. Era um modo que Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera (Assis, 2004, p.80).

Prudêncio reproduzia, simplesmente, os valores dominantes de uma sociedade escravista cuja disseminação partia de uma classe e de uma raça que não eram suas. Pensando a partir da chave marxiana, essa passagem revela uma grande identificação com o tema da dominação espiritual pensada por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*. A fórmula desenvolvida pelos autores de que as ideias dominantes, são correspondentes aquelas ideias de quem exerce a dominância, corta a posição da personagem que se vê em uma nova configuração jurídica de existência, mas reproduz, como o próprio Machado de Assis escreve “sua antiga condição”.

A passagem sinaliza também outra relação com as leituras materialistas. Qual seja, pensar a transição formal do escravismo para a forma assalariada de expropriação de excedentes. Esse movimento, no Brasil em especial, foi marcado pela conservação da concentração dos poderes nas mesmas mãos, sem rupturas revolucionárias que invertessem a lógica do poder, produzem uma convivência entre uma parcela dos trabalhadores assalariados e outra que ainda vive em condições análogas aquelas encarnadas por Prudêncio. Tal contradição encontra explicação no pensamento da dupla de pensadores quando afirmam: “tudo que era sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas” (Marx; Engels, 2006, p.29).

Se está claro que o direito humano à liberdade deixa de ser um direito assim que entra em conflito com a vida política, ao passo que a vida política diz respeito à garantia dos direitos humanos, Marx é categórico ao concluir que a defesa dos direitos humanos – ou “direitos do homem individual” – passa a ser abandonada tão logo entre em confronto com a própria razão de ser dos direitos humanos (2010, p.51). A superação substantiva desta das relações de opressão que lhe são caudatárias não são, portanto, possíveis dentro do princípio da subjetividade jurídica e de sua esquemática, conforme Pachukanis. Afinal, de acordo com Márcio Brilhaquinho Naves (2012, p. 14), todo o esforço dos aparelhos estatais burgueses se encaminham no sentido de encerrar conflitos de classes e suas lutas no estrito terreno jurídico, onde já estão, por antecipação, ganhas pela burguesia em razão exatamente do funcionamento do direito implicar a reprodução das relações burguesas.

Lentes marxistas para os “boas noites” contemporâneos

Machado encerrava suas crônicas com os “Boas noites” que, em nossa reflexão, eram a demarcação para que seu público leitor refletisse sobre suas próprias práticas e aguardasse os “Bons dias” seguintes. O interstício entre a próxima crônica cuidava de provocar a reflexão em seu público leitor, que se presume, em boa parte ter identificação direta com o tipo do narrador.

A questão que se coloca, de 1888 até 2018, é como a percepção do fenômeno da igualdade jurídica, mediada por uma sociedade democrática dentro da ordem burguesa se desenvolveu no Brasil. Especialmente se as clivagens de raça e classe forem nossos pontos de observação. De maneira que a compreensão do motivo do desfecho da crônica de Machado desaguar no campo das representações democráticas demanda de nós um olhar mais atento.

Nessa toada, está longe de ser um exagero observar que a verdadeira e principal sabotadora das mais legítimas aspirações democráticas é a própria democracia. É esta a conclusão de Slavoj Žižek (2011), para quem a “ilusão democrática” e a aceitação do sufrágio e dos mecanismos democráticos como as fronteiras de qualquer mudança das relações políticas e institucionais contribuem sobremaneira para que nenhuma mudança definitiva de fato ocorra.

O que vemos na crônica reproduzida no tópico anterior foi que a liberdade de Pancrácio foi institucionalmente reconhecida por intermédio de um instituto legal que tinha com finalidade declarar o fim da escravidão. Pancrácio estava livre, porém, sua condição de ex-escravo recém-libertado não o livrou das sevícias que sofrera antes da abolição.

Segundo Roberto Aguiar (2014, p.89), a verdade jurídica é a verdade da coerência interna, do rigor da aplicação do teor legal limitado pelos parâmetros da ideologia

hegemônica concretizada em forma de leis. Dadas as contingências históricas, surgiu a necessidade da abolição política ou formal da escravidão, cujo convívio com as doutrinas iluministas e liberais nos séculos passados, segundo Hebe Maria Mattos (2004), ocorreu sem a contradição aparente entre o apanhado teórico liberal e a coexistência com a escravidão de seres humanos.

Vejamos outro paradigmático exemplo do confeitiro Custódio, extraído de Esaú e Jacó, também de Machado de Assis. Proprietário da Confeitaria do Império, Custódio mal terminara de encomendar uma nova tabuleta para o seu comércio quando teve conhecimento de que a dinastia imperial terminara. A mensagem enviada para que o pintor interrompesse o trabalho não chegou a tempo, deixando Custódio numa situação desconfortável ante a república que despontava.

Foi aconselhado a mudar o nome do estabelecimento para “Confeitaria da República”. O medo de uma nova reviravolta, todavia, o levou a não adotar a ideia. Foi sugerido, então, o nome “Confeitaria do Governo”. Mas receio de que a oposição quebrasse a tabuleta o fez também abandonar a sugestão. Opinou-se assim para deixasse o título original – “Confeitaria do Império” -, acrescentando os dizeres “fundada em 1860”.

Entretanto, esta inscrição daria ao estabelecimento um ar saudosista que não correspondia com o período histórico que se iniciara. Decidiu-se definitivamente pelo próprio nome do dono: “Confeitaria do Custódio”. Afinal, “as revoluções trazem sempre despesas” (2018, p.70).

Em Esaú e Jacó, Machado de Assis descreve as oscilações ideológicas dos irmãos Pedro e Paulo, um deles originalmente conservador e o outro liberal, mas que cambiam de espectro ideológico após o fim do império e o início da república. Em uma crônica escrita em 22 de agosto de 1889, Machado conclui que não há diferença entre conservadores e liberais:

E diria então que ser conservador era ser essencialmente liberal, e que no uso da liberdade, no seu desenvolvimento, nas suas amplas reformas, estava a melhor conservação. Vede uma floresta! (exclamaria, levantando os braços). Que potente liberdade! E que ordem segura! A natureza, liberal e pródiga na produção, é conservadora por excelência na harmonia em que aquela vertigem de troncos, folhas e cipós, em que aquela passarada estrídula, se unem para formar a floresta. Que exemplo às sociedades! Que lição aos partidos!

(...)

Eu é que era por ambas [as duas formas de governo, Monarquia e República]; 2ª, que considerava tão necessária uma como outra, não dependendo tudo senão dos termos; assim podíamos ter na monarquia a república corada enquanto que a república podia ser a liberdade do trono, etc., etc. (Assis, 2009, p.104).

A coexistência acima apontada se alinha ao credo liberal no sentido de com ele

ser profundamente coerente em razão de, conforme explica David Harvey (2016, p. 189), os conceitos dominantes de liberdade e autonomia ainda estarem profundamente entranhados nas relações e nos códigos sociais característicos da troca mercantil baseada na propriedade privada e na noção de direitos individuais. Estes, praticamente, definiram o campo da liberdade, de acordo com o que Marx desenvolve em *A Questão Judaica* quando explica que a liberdade burguesa equivale ao direito de fazer e promover tudo que não prejudique terceiros, não se baseando na relação entre as pessoas, mas na separação entre umas e outras assim como o limite entre dois terrenos é determinado pelo poste da cerca (2010, p. 49).

E o livre florescimento das aptidões vocacionais conforme seus próprios desígnios? Só se for para “empreender”, “contratar”, “comprar” e “vender” – incluindo, principalmente, a força de trabalho –, de maneira que qualquer liberdade fora dessa dinâmica passa a ser ignorada e desconsiderada – e até combatida. Uma vez libertado, a Pancrácio foi oferecido um emprego na casa onde servia. Formalmente, poderia ter negado o convite e partido em rumo de novas oportunidades. Mas, substancialmente, seria de fato livre para fazer esta escolha?

No modo de produção capitalista, a produção e a distribuição assumem uma forma plenamente econômica, desconsiderando as tradicionais formas de exploração com base em critérios políticos e extraeconômicos. As forças do mercado, assim, adquirem vida própria, de maneira que a propriedade “recebe a forma puramente econômica pelo abandono de todos os ornamentos e associações políticos e sociais anteriores” (Marx, 2017, p. 619).

Isso significa, segundo Ellen Woods (2003, p. 34), que a apropriação do excedente de trabalho ocorre na esfera “econômica” por meios “econômicos”, não havendo necessidade de pressão “extraeconômica” para forçar o operário expropriado a abrir mão de sua mais-valia.

A equalização política dos homens e mulheres – aqui representada pelo fim formal do regime escravocrata – transferiu, portanto, os meios de exploração extraeconômicos para os meios de exploração econômicos, sem necessidade de instrumentos de coação diretos. Conforme Wood:

Sob esse aspecto o capitalismo difere das formas pré-capitalistas porque estas se caracterizam por modos extraeconômicos de extração de mais-valia, a coação política, legal ou militar, obrigações ou deveres tradicionais, etc, que determinam a transferência de excedentes para um senhor ou para o Estado por meio de serviços prestados, aluguéis, impostos e outros (Wood, 2004, p. 35).

Com efeito, os poderes de apropriação e de exploração passam a não se basear

diretamente nas relações de dependência jurídica ou política, mas sim em relações contratuais entre produtores “livres” – juridicamente livres e livres do controle dos meios de produção – e um apropriador que detém a propriedade absoluta dos meios de produção. Mas onde se encontra o elo que liga a legitimação ideológica da escravidão por meio da base liberal que alicerçou o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo?

É então tentador perguntar que elemento do capitalismo criou essa necessidade ideológica, essa necessidade do que é na verdade uma teoria da escravidão natural, e não convencional. Enquanto cresciam a opressão colonial e a escravidão nos postos avançados do capitalismo, cada vez mais a força de trabalho da metrópole se proletarizava; e a expansão do trabalho assalariado, a relação contratual entre indivíduos formalmente livres, trouxe consigo a ideologia da igualdade e da liberdade formais. Na verdade, essa ideologia, que nos planos jurídico e político nega a desigualdade fundamental e a falta de liberdade da relação econômica capitalista, sempre foi elemento vital da hegemonia do capitalismo. Então, em certo sentido, foi precisamente a pressão estrutural *contra* a diferença extraeconômica que tornou necessário justificar a escravidão excluindo da raça humana os escravos, tornando-os não pessoas alheias ao universo normal da liberdade e da igualdade. Talvez por que o capitalismo não reconheça diferenças extraeconômicas entre seres humanos tenha sido necessário para fazer as pessoas menos que humanas para tornar aceitáveis a escravidão e o colonialismo que eram tão úteis ao capital naquele momento histórico (Wood, 2003, p. 230-231).

Quando a noção de liberdade é confundida e condicionada à perspectiva de ser e fazer o que quiser desde que de acordo com o catálogo provindo das condições materiais predispostas unívoca e arbitrariamente pela narrativa do mercado, esta liberdade passa a não envolver, na prática, o verdadeiro florescimento da liberdade em sua concepção mais radical e genuína, castrada por um modelo que desconsidera o trabalho como a principal formal de sociabilidade humana (Antunes, 2005). Assim, é possível que Pancrácio, dentro dos limites institucionais no qual se insere sua liberdade, sentir de fato os ventos de uma emancipação verdadeira?

Considerações finais

Dados os limites emancipatórios das democracias liberais, o comprometimento com a liberdade e a emancipação humana em sua acepção mais radical deve passar necessariamente pela discussão de novas formas de organização societária que quebrem com as limitações impostas pelas formas institucionais burguesas. As fronteiras civilizatórias delineadas pelo modo de produção capitalista, patriarcal e racista e seu instrumental de domi-

nação ideológica procura passar a ideia que dentro da ordem, no reino dos formalismos e dos caminhos institucionais, políticos, burocráticos e formais do Estado Democrático de Direito, é possível alcançar o estágio máximo de desenvolvimento social e humano, com todo o seu potencial de reconhecimento de direitos e garantias.

Exemplos tais quais os de Pancrácio e Prudêncio, contudo, expõem os propósitos não declarados de que se evite que se enxergue além da realização institucional de direitos, evidenciando também na armadilha ideológica geradora da crença de que o terreno da democracia burguesa corresponde aos limites sensoriais de novas formas de organização social e de emancipação, sendo, portanto, o mais avançado estágio da civilização humana.

Ao expor estas contradições, Machado de Assis demonstra a fragilidade dos mecanismos democráticos em se comprometer com a verdadeira emancipação humana e que a linguagem jurídica sozinha não é capaz de transformar a forma em que vivem os sujeitos históricos. Embora o Estado Democrático de Direito e a consequente igualdade política digam respeito à arena ideal para os definitivos enfrentamentos de classe, raça e gênero, pensar em formas de sociabilidade humana radicalmente comprometidas com a liberdade deve necessariamente passar por sua superação. É fora dessa perspectiva que poderemos ver, finalmente, o arrancar das flores imaginárias e a quebra dos grilhões que enfim possibilitarão o derradeiro desabrochar da flor viva.

Recebido em 28 de fevereiro de 2018.

Aprovado para publicação em 09 de maio de 2020.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AGUIAR, Roberto. **Direito, Poder e Opressão**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2014.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Contos Escolhidos**. 5ª Edição. São Paulo: Martin Claret, 2009.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Bons dias de 19 maio de 1988**. In: Obra completa – Vol. III. 3ª edição. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Crônicas Seleccionadas**. São Paulo: Martin Claret,

2009.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Esau e Jacó**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000030.pdf>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2018.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Scipione, 2004.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. Porto Alegre: L&PM, 2005.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos avançados**, v. 2, n. 3, p. 4-39, 1988.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução de Livia Cotrim e Márcio Brilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2012.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã: Feuerbach – a contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. Tradução de Frank Müller. 3ª edição. São Paulo: Martin Claret. 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GOLDSTEIN, Eduardo. **La discriminación racial por origen nacional y etnia en las relaciones laborales**. Uruguay: Fundacion de cultura universitaria, 2009.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 295-302, 2004.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÖWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55-59.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo,

2010.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro III. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do Direito**. 5ªed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. 1ª edição. São Paulo: Jorge Zahar, 2010.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2003.

PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria Geral do direito e marxismo**. São Paulo: Editora acadêmica, 1988.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci Del Nero da. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. **Estudos avançados**, v. 14, n. 38, p. 87-120, 2000.

POMAR, Valter. **Socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

PRADO JUNIOR, CAIO. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Saber do negro**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SOARES, Ivanete Bernardino. The narrative ethos in Bons dias!, by Machado de Assis. **Machado de Assis em linha**, v. 5, n. 10, p. 102-121, 2012.

INTERSEÇÕES ENTRE SOCIOLOGIA E HISTÓRIA ORAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE NORBERT ELIAS

Intersections Between Sociology and Oral History: The Contributions of Norbert Elias

Paulo César Limongi Lima Filho

Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ, mestre em Sociologia pela mesma instituição, é bacharel em Relações Internacionais pela UFRRJ e licenciado em Ciências Sociais pela UFRRJ.

Resumo

No que se refere a abordagens interdisciplinares na área das ciências humanas, a sociologia e a história, quando combinadas, possuem grandes contribuições. Em livros basilares como *O Processo Civilizador*, encontramos uma grande variedade de interpretações sociológicas feitas graças a estudos de documentos e a historiografias da época medieval. Porém, a historiografia baseada em documentos não é a única possibilidade para pesquisas empíricas. A história oral também oferece perspectivas que são úteis para as ciências humanas. Neste artigo, temos como objetivo demonstrar como a teoria de Norbert Elias pode contribuir para uma pesquisa de história de vida que é um segmento de história oral. Para isso, dividimos este artigo em três partes: (a) uma seção para discutir o conceito de história oral e história de vida; (b) uma seção para explorar os conceitos de Norbert Elias; e (c) uma seção para identificar quais conceitos podem ser trabalhados e como.

Palavras-chave: metodologia; sociologia e história de vida; teorias sobre indivíduo

Abstract

Regarding interdisciplinary approaches in the area of human sciences, sociology and history, when combined, have great contributions. In books such as *The Civilizing Process*, we find a variety of sociological interpretations made thanks to studies of documents and the historiographies of medieval times. However, the document history is not the only possibility for empirical research. Oral history also offers diverse perspectives that are useful for the humanities. In this article, we aim to demonstrate how the theory of Norbert Elias can contribute to a research of the history of life which, in turn, is a segment of oral history. To do this, we divided this article into three parts: (a) a section to discuss the concept of oral history and history of life; (b) a section to explore the concepts of Norbert Elias; and (c) a section to identify which concepts can be worked out and how.

Keywords: methodology; sociology and life history; theories about the individual

Introdução

A Sociologia e a História, enquanto disciplinas, possuem uma grande contribuição mútua. Vejamos, por exemplo, os escritos de Hobsbawm (1917-2012) que se apoiam nos conceitos de classe, crise de superprodução, entre outros da Sociologia Marxista; no caminho contrário, outro exemplo, temos a sociologia de Charles Tilly (1929-2008) a qual faz uso de grandes regressões históricas para compreender o Estado atual, os movimentos sociais e formas gerais de contestação. Portanto, há grandes contribuições, quando se relacionam e pensam determinado objeto em conjunto. Deste mesmo modo, para além da história documentada, a história oral também tem um papel fundamental dentro das ciências humanas em geral, não apenas para a Sociologia. Por último, podemos lembrar dos trabalhos de Max Weber sobre religião, no qual o autor, por meio de uma abordagem histórica, reconstrói a trajetória das diversas religiões modernas.

Neste sentido, é válido ressaltar que o documento não é a única fonte possível para realização de pesquisas. A despeito de preconceitos acerca da fonte oral, segundo Carr, em seu texto *O que é história?* (1996), o documento não pode ser compreendido como um espelho fiel dos fatos passados¹; mas, isso sim, uma seleção de acontecimentos que o indivíduo que o produziu escolheu fazer. Assim, mesmo o mais fiel dos documentos não retrataria exatamente os fatos ocorridos. A história oral se aproxima da história documentada neste quesito. Isso porque a fonte oral e a memória do sujeito social são produzidas, por meio de uma seleção de fatos. Todavia, como veremos com o conceito de autoimagem, até mesmo a seleção que o sujeito decide fazer é ligado a suas relações sociais e pode ser investigada em uma pesquisa.

Veremos que o método escolhido nesta pesquisa é recorrente no Brasil, mas não há um consenso no que tange a sua utilização. Portanto, busca-se adotar uma maneira específica de como fazer uma história de vida, associando-a a uma teoria específica. Para isso, escolhemos um tipo específico de teoria social que utiliza o método biográfico. Uma das maiores contribuições, neste sentido, é Mozart: a sociologia de um gênio, de Norbert Elias (1995). É importante salientar que a escolha de Elias foi uma questão tanto de afinidade com tal autor e suas obras, quanto pela sua grande contribuição para a sociologia em geral. Vale frisar que as interseções com a discussão sobre o método de história de vida podem ser feitas com outros autores da Sociologia, desde que tenham em mente algumas definições e pressupostos do método em si².

1 Em relação a isso, Carr diz que os pesquisadores que pensam no documento como um espelho dos fatos passados cometem um “fetichismo do documento” (1996, 42).

2 Uma das mais importantes contribuições nesse sentido é da adaptação de algumas obras de Pierre Bourdieu ao método de trajetória de vida feita por Miguel Montagner (2007).

História de vida e outros métodos biográficos

Antes que possamos adentrar às contribuições da própria teoria social em voga, faremos uma busca sobre quais são os pensamentos existentes em relação ao método da história de vida, no sentido de suas definições e suas diferenças com outras metodologias biográficas tais como a autobiografia, por exemplo. Esta etapa é importante pois a forma como se define a história de vida acarreta consequências nas etapas posteriores da pesquisa como, por exemplo, a maneira com que elaboraremos o roteiro, como iremos realizar as entrevistas e, até mesmo, como vamos transcrevê-las.

Para começar, seguiremos a instrução de Danièle Voldman (1996) de que a história oral possui várias formas diferentes: história de vida, relatos de vida ou até mesmo coleções de arquivos. É principalmente com a invenção do gravador no fim do século XIX que se pode conceber formas mais objetivas de uma história oral e, com os arquivos orais, foi possível preservar a possibilidade de uso e reuso de tais gravações, protegendo-as da força do tempo ou do esquecimento. Um dos grandes questionamentos dos autores, no início da utilização das fontes orais, era que a subjetividade do sujeito entrevistado pudesse afetar a qualidade da fonte. Deste modo, ao lidar com a história de vida e outros arquivos orais, o cientista social deve ter um olhar atento para questões do contexto (sejam psicológicas ou sociológicas) (Voldman, 1996, p. 172). O fato é que pensar a fonte oral possui sua própria especificidade, principalmente no que se refere ao seu tratamento enquanto fonte de pesquisa (Levi, 1996, p. 174).

No Brasil, a história oral como metodologia nos moldes atuais aparece durante a década de 70 do século 20. Durante o ano de 1975, ocorreu o primeiro encontro sobre história oral do país e foram criados os primeiros programas de pós-graduação que tinham como proposta trabalhar exatamente com esses métodos – por exemplo, no Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Mesmo que durante o resto desta década, a história oral não tenha se popularizado como desejado; na década de 1980, graças à consolidação de tais instituições e novos impulsos que vieram por meio de obras como as de Paul Thompson – principalmente *The voice of the past* (Thompson, 2000)³ –, a história oral ganhou novamente um papel de destaque. Meihy enfatiza o fato de que uma década depois, em 1994, é criada a primeira associação brasileira de história oral. Além do CPDOC, temos revistas como as do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), de 1968, e grupos de estudo como o Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de

3 Um breve comentário sobre o método feito pelo autor pode ser encontrado em: <https://tristero.typepad.com/sounds/files/thompson.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2018.

São Paulo (USP), de 2001 (Meihy 2010). Fato é que o Brasil possui uma larga tradição no que se refere à história oral, com autores de grande importância, como José Carlos Meihy (2010), ou até mais antigos, como Maria Isaura Pereira de Queiroz – especialmente em sua obra *O messianismo no Brasil e no mundo* (Queiroz, 1965). Nesse sentido, outro autor que também se utilizou da metodologia foi Gilberto Freyre; contudo, o autor seguiu uma linha de atuação mais intuitiva.

Até aqui, tratamos um pouco da história do método e de sua especificidade, porém agora, vamos dividi-lo e focar um pouco mais na história de vida. Os métodos biográficos podem ser divididos em vários grupos diferentes: biografia, autobiografia e a história de vida (Santos *et al.*, 2014). A história de vida, porém, busca entender em primeiro plano o universo no qual o sujeito está inserido; em uma compreensão tanto da subjetividade, quanto do contexto social da qual é produto (*Ibidem*, p. 31). No mais, a história de vida busca, também, uma dimensão importante que é a escuta engajada, uma vez que a relação pesquisador-pesquisado permite um acesso maior do pesquisador ao mundo que cerca o pesquisado, suas relações sociais e as bases para seu comportamento. Portanto, podemos pensar a história de vida como um trabalho coletivo entre um narrador-sujeito e um pesquisador (Pereira, 2000, p. 118).

A partir dessa definição, é necessário frisar que a história de vida conta com várias vantagens enquanto método de pesquisa (Lewis, 2008, p. 561): a primeira delas é que ela oferece uma possibilidade de investigação detalhada no sentido etnográfico; uma segunda vantagem é uma possibilidade de lidar melhor com alguns problemas clássicos da sociologia⁴; uma terceira vantagem seria a possibilidade de dar voz a grupos que são geralmente silenciados, desafiando grandes narrativas sobre eventos e propondo novas chaves de entendimento.

Apesar desses benefícios, a história de vida conta com algumas diferenças no que tange à condução da pesquisa. Um dos exemplos disso são os debates em torno dos modos de condução das entrevistas. Alguns acreditam que não devem ocorrer interrupções, uma vez que isso atrapalha o processo de memorização (Silva *et al.*, 2014; Rigotto, 1998); outros, contudo, creem que como o processo é feito em conjunto, há sempre maiores possibilidades de interferência por parte do pesquisador, principalmente no que se refere à necessidade de se realizar perguntas mais incisivas que busquem complementar o assunto abordado (Rouverol, 2000)⁵. Já sobre a forma de organizar a trajetória individual, existe

4 Um desses problemas é o da estrutura-agência. A história de vida possibilita ter mais acesso as formas de ação individual e seus limites. Assim, além de ter acesso ao campo de possibilidades do indivíduo, é possível ver quais decisões foram tomadas e de que modo.

5 O caso estudado por Rouverol sobre o fechamento da fábrica em que trabalhava Linda Lord é um dos mais emblemáticos no sentido de realizar uma história de vida concisa e que esclareça as estruturas de poder como a de gênero, por exemplo.

uma dissensão sobre a temporalidade. Em outras palavras, alguns autores acreditam que possa ser possível criar história de vida que seja capaz de traçar uma história linear (Rigotto, 1998) e outros que a veem como uma espécie de ilusão, uma impossibilidade (Montagner, 2007; Guérios, 2011).

Portanto, é necessário falar em histórias de vida no plural, com múltiplas maneiras de se fazer (Thompson, 2000). Isto não faz o método inválido, uma vez que seu maior fundamento é compreender a interação entre indivíduo e as diversas redes de relações sociais no qual este último está inscrito. Contudo, para aprofundar mais esse princípio, buscamos uma teoria sociológica que nos dê essa possibilidade.

Teoria sociológica aplicada à história de vida: obra e vida de Norbert Elias

A primeira seção deste texto ocupou-se da definição de história de vida e de uma breve reconstituição histórica do método. Porém, vimos como existem inúmeros conceitos e maneiras de se realizar uma história de vida; assim, iremos alinhar nossa definição com uma teoria sociológica específica com o objetivo de torná-la mais próxima de uma utilização e reprodução.

Guérios (2011) mostra-nos que a obra de Elias pode ser fundamental para superar dilemas que os pesquisadores em história de vida enfrentam⁶, uma vez que o autor conserva a individualidade como parte fundamental do social, ou seja, ele compreende que o indivíduo está ligado, em sua essência, a estruturas sociais mais amplas. Portanto, apresentaremos alguns conceitos e textos que temos como fundamentais para análise de uma biografia à la Elias (cf. Garrigou, 2010)⁷. Antes disso, porém, é necessário mergulhar na história de Norbert Elias, de modo a destacar o impacto da mesma na elaboração de sua obra⁸.

6 Tal como o dilema colocado pela obra de Pierre Bourdieu, *l'illusion biographique* (1986), na qual o autor demonstra a impossibilidade de construir uma história de vida de forma linear.

7 Neste momento, é necessário justificar por que selecionamos obras como *A solidão dos moribundos* (Elias, 2001), mas não usamos a obra biográfica por excelência, que seria *Norbert Elias pour lui même*. O motivo é que a obra biográfica de Elias não é uma história de vida, nos moldes do método que buscamos. É sem dúvida um norte fundamental para uma introdução à vida e obra de Elias, mas não é necessariamente um fundamento de análise biográfica, assim optamos por dar mais foco a textos que podem nos fornecer base teóricas mais sólidas e que comentaram a biografia. Este não é o motivo por que não nos focamos tanto na obra *Esboço de autoanálise* de Pierre Bourdieu (2005). Mesmo que o autor tenha um método de trajetória de sua própria vida, buscamos obras em que ele tenta traçar a trajetória de terceiros que sirvam de parâmetro para as entrevistas nas quais estamos elaborando em nossa pesquisa.

8 Apenas a título de exemplo, quando lemos o primeiro volume de *O processo civilizador* (Elias, 2011), deparamo-nos com a intrigante diferença entre “*Civilisation*” e “*Kultur*”, nos casos francês e alemão. De primeira, essa diferença parece ser gratuita, no sentido de que não oferece perigo de um pesquisador apaixonado que desenvolve sua obra com movido pela sua subjetividade. Porém como nos faz lembrar Garrigou (2010), no

Garrigou (2010) dirige-nos diretamente àquilo que parece animar toda a obra de Norbert Elias: construir uma teoria sociológica capaz de compreender os processos sociais que a Alemanha atravessava à época. Portanto, nos mantém alerta de que

não se pode entender *a posteriori* o que se poderia chamar de fenomenologicamente o projeto criador do autor sem uma passagem pelo mundo universitário alemão da época, sem uma reflexão da sociologia nas suas relações com outras maneiras de ver e, finalmente, sem um exame do conjunto das referências eruditas, disponíveis e utilizadas nesse mundo (Garrigou, 2010, p. 5).

Duarte (2004) se refere a Elias como “o último romântico” (Duarte, 2004, p. 16), muito devido a sua criação em Breslau na Alemanha, no seio de uma família judaica e abastada. Logo após seus estudos secundários, lutou na primeira guerra, e em seguida decidiu fazer medicina, o que não concluiu, uma vez que ingressou no curso de filosofia.

A crise do pós-guerra na Alemanha interrompe seus estudos sobre o tema; e, em Heidelberg, estabelece-se na sociologia, frequentando os círculos de Marianne e Alfred Weber (Garrigou, 2010). Por último, antes de partir da Alemanha, Elias muda-se para Frankfurt, onde se torna assistente de Karl Mannheim. Porém, com a ascensão dos nazistas ao poder em 1933, Elias, de origem judaica, é forçado para fora da Alemanha. Após sua partida de seu país natal, ainda sem cargo nas universidades, irá perambular por diversos países da Europa (Alemanha, França) até encontrar um cargo em Leicester, no Reino Unido, já com 60 anos.

Essa resumida história de Elias aponta para algumas possibilidades de se compreender alguns de seus conceitos mais importantes como “*Kultur*”. No que se refere a este, Elias demonstra que o processo civilizador alemão era passível de ser revertido, uma vez que fora permeado por descontinuidades. Estas interrupções, por sua vez, eram sinônimo de uso da força de forma menos controlada do que em lugares em que esse processo fora linear e sem suspensões sistemáticas (Garrigou, 2010; Elias, 2011).

Vale lembrar que o trabalho de Elias também demorou a ser referenciado como grande obra. Isso pois mantinha críticas fortes a Mannheim e era contra elogios tecidos às democracias liberais que marcavam a obra *The open society and its enemies*, de Karl Popper (1945) e outros intelectuais até então (Garrigou, 2010). Porém, a recepção de suas obras começou a ganhar destaque principalmente na Alemanha e na França. Na Alema-

momento em que escreveu, Elias recebia uma bolsa reduzida de uma instituição judaica no pós-1945. Seria muito ingênuo pensar que Elias, quando escreve que o processo alemão nunca foi completo, sempre parcial no que se refere ao monopólio da força em contraposição ao autocontrole rígido na França, não tenha sido movido também pelo seu próprio financiador. Para além de uma tentativa de demonstrar que a obra de Elias é movida por valores, como é toda pesquisa, esse exemplo mostra a conexão entre sua obra e sua história de vida.

nha, isso se dá a partir de 1969, quando o país começa a se interrogar sobre seu passado sob as cinzas do nazismo que não busque, necessariamente, uma fonte de teor marxista (*Ibidem*, 2010).

Outro estudo que tenta compreender Elias a partir de seus próprios conceitos é o promovido por Bernard Lacroix (2010). Este último tem como proposta oferecer outras possibilidades de compreensão de Elias, a partir de sua biografia. Um primeiro passo nessa direção, segundo o autor, é levar em consideração que Elias esteve presente em diversos universos e, por vezes, tornou-se um estrangeiro dentro desses círculos, seja realmente no exílio, ou na própria Alemanha quando partiu de Breslau, até Heidelberg, depois Frankfurt (Lacroix, 2010). Assim, a busca da sociologia de Elias insere-se, necessariamente, também numa busca de compreensão do próprio autor. “Fazer sociologia, explicar o mundo, será, doravante, para Elias, indissociavelmente explicar a si mesmo o que ele se tornou no mundo que fez” (*Ibidem*, p. 20). Sobre isso, pode-se pensar em dois exemplos que oferecem uma perspectiva mais clara do que viria a ser essa descoberta de si.

O primeiro, pensado pelo próprio Lacroix (*Ibidem*, p. 8), é sobre os anos (1939-1950) de silêncio em torno de *O processo civilizador*, anos nos quais não promoveu reedições do livro. São os anos mais lacônicos de sua vida, com a morte de sua mãe, abandono dos amigos e o sentimento amargo em relação ao exílio. Outro exemplo é *A solidão dos moribundos*, livro no qual o próprio Elias (2001) se insere diretamente no grupo analisado por ele (idosos), chegando a dar exemplos em que, no papel de idoso, ele sofreu exclusões de certas relações com seus netos (Elias, 2001, p. 54). Assim, a data do livro culmina exatamente com a velhice de Elias e promove uma forte reflexão existencial.

Ao final de *O processo civilizador* (Elias, 2011), num apêndice à edição de 1968, Elias resume brilhantemente as concepções teóricas que são listadas durante o livro. Neste breve texto, o problema levantado pelo autor é em si uma das preocupações da história de vida enquanto método: “é possível relacionar essa mudança (mudanças no controle das emoções humanas) a longo prazo nas estruturas da personalidade com mudanças a longo prazo na sociedade como um todo” (Elias, 2011, p. 208).

Para Elias, os indivíduos impõem limitações a outros ao interagirem; o processo civilizador ocorre quando essas contenções são incorporadas pelos indivíduos, o que leva a um maior autocontrole sobre as emoções e outros instintos (*Ibidem*, p. 209). Deste modo, Elias busca estabelecer uma área da sociologia que tente superar o embate entre “estrutura social” *versus* “psicologia individualista da personalidade”. Não se concebe que a psique individual possa ser estabelecida de algum modo fora da estrutura social; porém, o autor não vê uma relação de interferência direta e determinista da estrutura social sobre a personalidade individual. Portanto, tudo ocorre tal como um processo com várias continui-

dades e descontinuidades⁹.

Seguindo essa lógica, conceitos tais como ego e sistema social não seriam tão eficientes, uma vez que a ideia é entendê-los, não como conjuntos que possam ser tomados separadamente, mas como um todo no qual um é interdependente do outro. Os indivíduos se encontram em configurações-tomadas como em constante mudança por relações de tensão. Tais mudanças, em muitos casos, contudo, não visam à preservação da própria configuração, mas seu rompimento: “do mesmo modo, as tensões específicas entre grupos diferentes, geradoras de um impulso em direção a mudanças estruturais nesse *continuum* humano que o transformam numa continuidade histórica” (Elias, 2010, p. 38). Assim, mudanças das estruturas de relações correspondem também a mudanças nas formas com que a individualidade é construída. Para Elias, um dos exemplos de como psicologia individual e redes de relações se afetam é por meio das modificações entre emoções e autocontrole. A emoção é algo inerente a psicologia individual, porém o modo com que a tratamos é, fundamentalmente, social¹⁰.

Assim, transformações estruturais provocam mudanças nas estruturas mentais que, por sua vez, fornecem possibilidades concretas de modificação de comportamento. Tais modificações são provocadas pelos diversos rompimentos e tensionamentos localizados no interior das diversas configurações. A sociedade de corte, por exemplo, reunia na aristocracia e na burguesia os motores para as mudanças nas configurações; com a ascensão da burguesia ao poder, os valores e a autoimagem sobre o indivíduo passaram a ser outros. Sobre autoimagem, entende-se como a compreensão dos indivíduos acerca de si mesmos. Porém, a autoimagem não é fixa, ela pode ser modificada dependendo das configurações. Afinal, a maneira como os indivíduos compreendem a si mesmos e a outros muda ao decorrer de suas vidas.

Isso se expressa no conceito fundamental da balança nós-eu, o qual indica que a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas. (Elias, 2010, p. 9)

Exemplo: no início do século XX até 1950, a Igreja católica romana se compreendia

9 Vejamos, mesmo que brevemente, o exemplo de Mozart. Caso a estrutura social (da aristocracia na qual servia em Salzburgo) tivesse sido eficaz completamente sobre ele, o jovem Mozart não teria sido capaz de deixar prevalecer suas vontades em vários momentos, seja nos quais se ausentou para ir à Viena, seja quando recusou tocar as músicas que “alegrariam” o público.

10 O medo de morrer, para Elias, explica, em vários sentidos, o desprezo pelos moribundos, marca autêntica da sociedade atual. Isso porque ao passado, na idade média, por exemplo, a forma comum que a morte assumia, impedia que as pessoas pudessem “adiar” esse medo e perpetua ainda mais seus desejos de imortalidade (2001, p. 30).

como uma instituição a qual vivia um forte processo de introspecção, ou seja, havia pouca abertura para “leigos” (não-padres) e os que almejassem fazer parte da instituição deveriam ter um treinamento muito rigoroso (Miceli, 2009). Porém, durante a década de 1950, há uma abertura para os “leigos” promovida pela hierarquia eclesiástica já estruturada (Mainwaring, 2014). Logo, a autoimagem está intrinsecamente ligada às configurações sociais e suas modificações.

Nesse exemplo, podemos encontrar duas possibilidades de interpretação do conceito de autoimagem. A primeira delas está conectada à forma como nos vemos e entendemos; já a segunda está ligada, necessariamente, a um hábito. Elias explica da seguinte maneira: “e foi essa autoimagem, essa pretensão à liderança pelas nações industrializadas mais antigas, que sofreu um abalo na segunda metade deste século, provocando por um aumento ainda muito limitado de poder das sociedades mais pobres” (Elias, 2011, p. 222). Portanto, a autoimagem estaria ligada tanto a uma maneira de ver quanto, consequentemente, de agir, de acordo com as posições de tensão e poder dentro das diferentes configurações (Matos, 2004).

Reunimos alguns dos conceitos mais importantes na obra de Elias (configuração, autocontrole, autoimagem). Já no que se refere ao estudo sobre Mozart, o objetivo de Elias, com tal caso, é o seguinte: “tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa formava, em sua interdependência com outras figuras da época” (Elias, 1994, p. 19). Sendo assim, essa é a definição de uma biografia à la Elias, estudar as configurações nas quais tal indivíduo esteve presente.

Por hora, é necessário, para entender o caso de Mozart, ter em mente o período no qual os eventos estão escritos (século XVIII). Em tal época, a burguesia, grupo que ele fazia parte, estava numa posição inferior que a aristocracia; e, somado a isso, no quesito da música, ao contrário dos séculos seguintes, não havia ainda um mercado que pudesse absorver a oferta de músicos independentes (Elias, 1995). Consequentemente, Mozart teria que, forçosamente, submeter-se às regras ditadas por aqueles que contratavam músicos — as cortes da nobreza.

Nessas cortes, o músico ocupava um papel parecido com o de um artesão, um animador da corte, e, não, como alguém que deve criar arte, de acordo com suas próprias vontades. Fato é que Mozart nunca se deixou tolher pelos valores da aristocracia no que se refere a sua posição enquanto músico, uma vez que tais valores da nobreza estavam em contraposição com os de sua própria classe.

Embora tivesse crescido à margem de uma pequena corte e mais tarde tivesse viajado de uma corte para outra, jamais adquiriu a polidez especial do cortesão; nunca se tornou um homem do mundo, um *homme du monde*, um cavalheiro, no sentido que tinha

esse termo no século XVIII. A despeito dos esforços do pai, manteve por toda a vida a caracterização de um burguês de classe média. (Elias, 1995, p. 23)

A autoimagem que os aristocratas projetavam sobre Mozart entrava em choque com a autoimagem que ele projetava sobre si mesmo. A relação de *outsider-establishment* desenvolvida por ele e a aristocracia europeia levava a uma revolta pessoal do músico, muito em consideração a seus próprios feitos extraordinários (Elias, 1995, p. 39) O episódio em que Mozart rompe com o arcebispo de Salzburgo demonstra diretamente essa revolta pessoal que perpassa toda sua vida. A ideia de autonomia também é importante para compreender os desafios de Mozart, em sua “turnê” pela Europa. Isto porque ele tentou viver da sua própria música sem estar ligado essencialmente a nenhuma corte. No início, obteve relativo sucesso, porém, como mencionado anteriormente, não havia espaço para que esse tipo de composição fosse comprado tão facilmente (Elias, 1995).

Conceitos e exploração

Para além de reconstituir a trajetória de Mozart, Elias promove uma reflexão apurada sobre a formação da individualidade do músico. A forma com que Elias escolhe contar a história de vida de Mozart é útil, em termos sociológicos, uma vez que ele nos oferece uma possibilidade de explorar a figura individual por meio das relações sociais construídas ao longo de sua trajetória. Portanto, a rede de relações de interdependência (configurações ou figurações) na qual uma pessoa se insere é uma das chaves de compreensão de sua biografia. Sobre este aspecto, em sua obra *O espaço biográfico*, Leonor Arfuch (2010), em sua discussão sobre o espaço íntimo do Eu, retoma Elias para pensar que “a ideia de antagonismo entre a esfera íntima e a pública/social não é nada além de um efeito de discurso: regras, restrições, dispositivos de poder e controle de reações” (Arfuch, 2010, p. 94).

Contudo, ainda segundo Arfuch, estes processos de constituição da individualidade não são lineares. De acordo com a autora, “já Elias considerara a não linearidade dos processos, seus *décalages*, hiatos, regressões, inclusive os afrouxamentos da norma e sobretudo, seu constante dinamismo” (*Ibidem*, p. 94). Em outras palavras, quando consideramos a biografia individual, devemos estar cientes de que modificações nas configurações levam necessariamente a transformações na forma conceber a individualidade. Elias, por exemplo, percebeu tal mudança quando elaborou a biografia de Mozart, uma vez que ele destacou a relação entre o acirramento do conflito entre burguesia e aristocracia e as mudanças concretas na vida

Destarte, se retornamos ao conceito de história de vida anteriormente apresentado – um trabalho conjunto entre pesquisador e pesquisado –, a tarefa do pesquisador seria

reconstruir estas configurações a partir das quais aquela biografia é construída, ou seja, usando os termos de Arfuch, como este espaço íntimo é relacionável com o espaço social. Ademais, é preciso estar ciente das modificações possíveis no espaço público e suas consequências no espaço privado

Para além do modo de refletir sobre a produção da individualidade, Elias nos oferece também um conceito de grande importância para pensar a biografia e a história de vida: a autoimagem. Este conceito nos provoca a explorar quais são as reflexões sociais que os sujeitos sociais carregam de certos eventos e até mesmo como tais sujeitos enxergam seu papel dentro das teias de relações em que se encontram. Embora os exemplos (sobre a autoimagem da igreja católica romana e sobre Mozart a partir de Norbert Elias) tratados ao longo do texto não tenham sido frutos de pesquisas de fonte oral, outros autores usam da autoimagem para compreender seu funcionamento na narrativa biográfica.

Novamente recorremos a Arfuch, em seu trabalho sobre imigrantes italianos na Argentina (2010, p. 277). Nesta pesquisa, a autora se aprofunda em determinadas imagens que são recorrentes nas narrativas produzidas durante as entrevistas. Assim, a autora se debruça sobre as relações sociais que tais imigrantes tiveram e quais os efeitos dessas para criação de uma estrutura narrativa, ou seja, de uma maneira de conceber eventos e papéis a partir da posição de migrante e das relações entre os dois países que estrutura as narrativas. Portanto, a autoimagem (isto é, as estruturas mentais para compreensão do mundo e de si mesmo) também pode ser compreendida a partir da narrativa oferecida pelos entrevistados. O quadro I resume algumas conclusões a que chegamos depois de nossa análise de como Elias pode nos ajudar com a história oral.

Quadro 1: A história de vida por meio de Elias.

A história de vida por meio de Elias
Objetivo: modelo verificável da configuração que uma pessoa formava em sua interdependência com as outras pessoas
Modo de fazer: entrevistas, com auxílio de cartas e documentação.
Pressupostos: (a) busca da autoimagem, ou seja, a busca pela balança eu-nós formada naquela configuração, (b) não há separação de mundos “externos” e “internos”.

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

Vimos, em sentido amplo, a forma com que a sociologia eliasiana pode nos ajudar com a história de vida. De modo geral, entende-se que a escolha da teoria e a forma com que selecionamos a abordagem depende também do objeto que é pesquisado. Contudo,

embora outras abordagens sejam possíveis, como a de Montanger (2007), a maneira com que o indivíduo concebe a si mesmo e seu papel no mundo é central para a compreensão das narrativas que os indivíduos oferecem. A autoimagem representa algo que, para nós, pode servir de grande importância na hora de analisar os resultados de uma pesquisa empírica.

Para além disso, vimos que o pesquisador deve estar atento às teias de interdependência nas quais os sujeitos sociais se encontram de modo que possa se compreender quais são as formas sociais de produção da individualidade. A história oral, mais especificamente a história de vida, combinada com os conceitos oferecidos por Norbert Elias, pode ser de grande ajuda para superar dilemas clássicos da sociologia como a separação entre público/privado e indivíduos/sociedades.

Recebido em 06 de abril de 2019.

Aprovado para publicação em 10 de janeiro de 2021.

Referências

ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tania Maria; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs).

História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico:** Dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 72, n. 69, p.183-191, jun. 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** São Paulo: Paz e Terra, 1961.

COURY, Guilherme. Norbert Elias e a construção de grupos sociais. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Barnard (Org.). **Norbert Elias:** A política e a história. São Paulo: Pers-

pectivas, 2010. p. 123-145.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

ELIAS, Nobert. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Nobert. **Mozart**: A sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Nobert. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

GARRIGOU, Alan; LACROIX, Bernard (Org.). **Nobert Elias**: A política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos**: Revista de Antropologia, Curitiba, v. 1, n. 12, p. 9-29, jan. 2011.

GUTIERREZ, Alicia B.. El sociólogo y el historiador: el rol del intelectual en la propuesta bourdieusiana. **Estud. Sociol.**, México, v. 34, n. 102, p. 477-502, dez. 2016.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LEWIS, David. Using life histories in social policy research: the case of third sector/public sector boundary crossing. **Journal of Social Policy**, v. 37, n. 4, p. 559-578, 2008.

MATOS, Tereza Cristina Furtado. Notas sobre o conflito e a auto-imagem em Norbert Elias. **Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 1, n. 20, p.229-245, abr. 2004.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p.240-264, jan. 2007.

NAUJORKS, Carlos José. **Processo identitário e engajamento**: um estudo a partir do movimento de saúde do trabalhador no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p.136-152, mar. 2016.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre**: um victoriano nos trópicos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PEREIRA, Lúcia Maria Leite. Algumas Reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, n. 3, p. 117-27, jan. 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Messianismo no Brasil e no Mundo**. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

RIGOTTO, Raquel Maria. As Técnicas de Relatos Orais e o Estudo das Representações Sociais em Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.116-130, jan. 1998.

SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas. **Civitas**, Porto Alegre, v. 2, n. 14, p. 359-382, maio 2014.

SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 1, n. 14, p.25-37, jan. 2011.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126, jun. 2003.

THOMPSON, Paul. **The voice of the past**: oral history. Oxford: Oxford University Press,

2000.

VANDENBERGHE, Frédéric. “The real is relational”: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu’s generative structuralism. **Sociological Theory**, v. 17, n. 1, p. 32-67, Mar. 1999.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.